

# Sumário

Número de notícias: 36 | Número de veículos: 31

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Empresas usam R\$ 292 bi em créditos da "tese do século" ..... 4

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Contribuintes estudam judicializar limite de compensação ..... 6

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ESPAÇO JURÍDICO  
SERVIDOR PÚBLICO

Justiça Federal alerta contra golpes sobre precatórios ..... 8

O POPULAR - GO - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Pacheco faz reunião sobre MP da reoneração ..... 9

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

MPda reoneração poderá ser derrubada ..... 10

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Tributarista observa 'ilegalidades' ..... 11

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Municípios passam a receber ICMS "extra" por desempenho escolar ..... 12

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Nome sujo não cancela CPF nem suspende Bolsa Família ..... 14

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Reajuste deve repor só inflação ..... 15

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Pauta do STF tem grandes casos ..... 16

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

26 grandes casos tributários podem estar na pauta ..... 18

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS  
SEGURIDADE SOCIAL

INSS: sem aumento real para quem ganha acima do mínimo ..... 19

PIONEIRO - CAXIAS DO SUL - RS - OPINIÃO  
SEGURIDADE SOCIAL

O peso da Reforma da Previdência sobre os ombros dos trabalhadores (Artigo) ..... 20

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Salário mínimo 2024: saiba quando começa a valer o reajuste e de quanto é ..... 21

FOLHA ONLINE - SP  
SEGURIDADE SOCIAL

Hérnia de disco foi a principal causa de afastamento do trabalho em 2023; conheça sintomas (Corpo)

|   |    |
|---|----|
| .....   | 23 |
| PORTAL UOL<br>SEGURIDADE SOCIAL   |    |
| 'Médicos não sabem, não querem ou não podem apontar depressão no trabalho'..... | 25 |
| O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA<br>REFORMA TRIBUTÁRIA                      |    |
| Projeto de passagem aérea barata esbarra em altos custos do setor.....          | 27 |
| O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA<br>ECONOMIA                            |    |
| Governo reedita aumento das passagens para driblar liminar.....                 | 29 |
| O ESTADO - FORTALEZA - CE - ÚLTIMAS<br>TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS      |    |
| Preço do diesel volta a subir com retomada de impostos.....                     | 30 |
| A TRIBUNA - ES - ECONOMIA<br>ECONOMIA   |    |
| Descartada cobrança sobre o Pix.....  | 31 |
| A TARDE - SALVADOR - BA - ECONOMIA E NEGÓCIOS<br>ECONOMIA                       |    |
| Preço da cesta básica diminuiu em 15 capitais brasileiras em 12 meses.....      | 33 |
| O GLOBO - RJ - ECONOMIA<br>ECONOMIA   |    |
| Poupança tem segundo maior saque da história.....                               | 34 |
| DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS<br>ECONOMIA                 |    |
| Poupança tem saldo negativo de R\$ 87,8 bi.....                                 | 35 |
| ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA<br>ECONOMIA                    |    |
| Brasileiros sacaram R\$ 87,8 bi da poupança.....                                | 36 |
| ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - ZERO HORA<br>ECONOMIA                           |    |
| Poupança tem retirada líquida de R\$ 87,8 bilhões.....                          | 37 |
| O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA<br>ECONOMIA                            |    |
| Poupança registra saldo negativo pelo terceiro ano.....                         | 38 |
| O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS<br>ECONOMIA                          |    |
| Focus registra leve alta para o IPCA e mantém Selic a 9% no fim do ano.....     | 40 |
| A TARDE - SALVADOR - BA - ECONOMIA E NEGÓCIOS<br>ECONOMIA                       |    |
| Mercado eleva para 1,59% projeção de incremento em 2024.....                    | 41 |
| CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA<br>ECONOMIA                      |    |
| Previsão do PIB sobe para 1,59%.....  | 42 |
| DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS<br>ECONOMIA                 |    |
| PIB deverá crescer 1,59% neste ano.....   | 43 |
| O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS<br>ECONOMIA                          |    |

|  |    |
|--|----|
| Projeções para início da queda dos juros levam em conta risco de recessão..... | 44 |
| VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS<br>ECONOMIA                                    |    |
| Brasil ganha peso nas carteiras de ações da IP Capital.....                    | 45 |
| VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS<br>ECONOMIA                                    |    |
| Tecnologia volta a sustentar os ganhos em Wall Street.....                     | 47 |
| VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS<br>ECONOMIA                                    |    |
| "Vejo dois cortes de juro apenas no fim do ano", diz Bostic, do Fed.....       | 48 |
| VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS<br>ECONOMIA                                    |    |
| Virada nos EUA é ponto central em ano de cortes de taxas globais.....          | 49 |
| O ESTADO DE S. PAULO - INTERNACIONAL<br>ECONOMIA                               |    |
| Milei reduz subsídios das tarifas de gás e prevê corte total em abril.....     | 51 |

# Empresas usaram R\$ 292 bi em créditos da "tese do século"

**Jéssica Sant"Ana e Beatriz Olivon De Brasília**

A **Receita Federal** estima que R\$ 292 bilhões em créditos tributários oriundos da "tese do século" tenham sido utilizados pelas empresas de 2019 a agosto do ano passado para abater **tributos** devidos. O valor tem sido usado como argumento pelo Ministério da Fazenda para limitar o uso de créditos gerados por meio de decisões judiciais em compensações, medida que tem gerado críticas de tributaristas, que preveem judicialização pela "restrição de um direito".

A estimativa consta em um relatório de dezembro de um grupo de trabalho da Receita. O documento traz que R\$ 324,7 bilhões de **tributos** devidos foram compensados por meio de créditos tributários oriundos de decisões judiciais de janeiro de 2019 a agosto de 2023, em valores nominais, sendo que a estimativa é de que 90% do valor seja referente à "tese do século", que retirou o ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins.

A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) é de 2017 e foi modulada em 2021. Algumas empresas vêm usando esses créditos desde a decisão, mas a maior parte esperou pela modulação dos efeitos, segundo tributaristas. Com isso, de acordo com a Receita, as compensações por decisão judicial, que não chegavam nem a R\$ 20 bilhões por ano, cresceram exponencialmente, ultrapassando a marca de R\$ 50 bilhões por ano.

"A partir do ano de 2019, os créditos judiciais têm representado 38% dos créditos utilizados em compensação. No período de 2005 a 2018 esse percentual era de 5%", diz a **Receita Federal**.

De janeiro a agosto deste ano, R\$ 59,3 bilhões já foram compensados em virtude de decisão judicial. A Receita não tem estimativa por tese tributária, mas afirma que 90% seriam da "tese do século". O Fisco não explicou como chegou a esse percentual.

Apesar de a decisão do STF teimais de seis anos, o Ministério da Fazenda alega "surpresa" com o volume de créditos compensados, que estariam reduzindo a arrecadação federal na mesma proporção. Foi, então, editada uma medida provisória (MP) no último dia útil do ano limitando o uso de créditos tributários oriundos

de compensação por decisão judicial. A regulamentação foi publicada na sexta-feira passada e o teto já está em vigor para créditos a partir de R\$ 10 milhões.

Os valores expressivos da tese do século, contudo, não são novidade. O próprio governo previu impacto de R\$ 229 bilhões no Anexo de Riscos Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentária (EDO) de 2020 enviada ao Congresso. A Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão de monitoramento das contas públicas ligado ao Senado Federal, também calculou um impacto de R\$ 275,1 bilhões para os cinco anos contados a partir de 2021, mais R\$ 72,4 bilhões de créditos a serem concedidos referentes ao período de 2017 a 2020. Já o Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT) estimou impacto de R\$ 358,1 bilhões, sendo que cerca de R\$ 93,4 bilhões já teriam sido compensados entre 2017 e 2020.

A Receita não divulga quanto acredita que as empresas ainda têm a abater de créditos da tese do século. Pela nova regra imposta pelo ministério, os créditos a partir de R\$ 10 milhões não poderão ser usados imediatamente pelas empresas, que deverão respeitar um prazo mínimo de 12 a 60 meses para utilização integral.

A limitação vem sendo criticada por especialistas. De acordo com Alberto Medeiros, sócio da área tributária do Carneiros Advogados e presidente da Comissão de Assuntos Tributários da OAB-DF, o governo realmente só tem efetiva previsibilidade dos valores que serão objeto de compensação no momento em que o contribuinte apresenta o pedido administrativo. Mas, segundo o tributarista, essa realidade não pode tolher o direito do contribuinte de receber os valores por meio desse instrumento, já que seu crédito foi gerado em razão de pagamento indevido, seja porque o valor deveria ser menor, seja porque o tributo não poderia jamais ser dele exigido.

"Não faz qualquer sentido punir o contribuinte que pagou indevidamente um tributo, limitando seu direito à utilização do crédito. O expediente é, em verdade, uma forma de o Estado seguir se beneficiando de um valor que não poderia ser por ele usufruído", afirma Medeiros.

Segundo o advogado, a "tese do século" gerou

significativo estoque de créditos aos contribuintes, pois o ICMS é um importante componente do preço das mercadorias e o PIS e a Cofins têm ampla base de incidência, representando, por isso, valores muito significativos.

Já Felipe Salto, economista-chefe e sócio da Warren Investimentos, avalia que o direito ao crédito do contribuinte não está sendo abalado. "O contribuinte que desejar receber o recurso, e não usar o mecanismo da compensação, sempre poderá acessar a via dos precatórios, como ocorre para toda dívida do Estado com terceiros, em geral." Conforme mostrou o Valor, há vantagens para o governo caso a em presa opte pelos precatórios. Se o limite anual de quitação de precatórios previsto no Orçamento for excedido, há a possibilidade de pagar por crédito extraordinário, fora do limite do novo arcabouço e da meta fiscal, até 2026. Os precatórios também são inscritos em um ano para serem pagos no seguinte. Ou seja, na prática, o governo ganha pelo menos um ano de planejamento.

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, nega que o limite tenha sido estabelecido visando pagamento fora da meta fiscal, mas defende que a melhor alternativa para o Estado é o pagamento via precatórios, ao invés do abatimento de créditos tributários por decisão judicial. "O direito líquido e certo é de usar o rito constitucional, que é o precatório", afirma.

Ele também negou que o limite seja um "calote" ou "empréstimo compulsório". "Existe uma decisão judicial de bilhões, você quebra o Estado porque a empresa tem que receber? Os dados mostram que a compensação vai virar via prioritária (das empresas), o que atrapalha o planejamento do Estado", diz.

"O contribuinte sempre poderá acessar a via dos precatórios" Felipe Salto

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187758>

# Contribuintes estudam judicializar limite de compensação

**Marcela Villar De São Paulo**

O limite estabelecido pelo governo federal para compensações tributárias deve ser questionado por empresas na Justiça. Clientes começaram ontem a procurar escritórios de advocacia para discutir a questão, poucos dias depois de a novidade, prevista na Medida Provisória (MP) nº 1.202, de 2023, ser regulamentada por meio de portaria.

Apesar de elucidar algumas das dúvidas, a Portaria nº 14 do Ministério da Fazenda, publicada na noite de sexta-feira, deve gerar ao menos quatro pontos de judicialização, segundo advogados. Os argumentos que as empresas poderão usar no judiciário, dizem, vão desde o desrespeito aos princípios da legalidade, isonomia e propriedade à desobediência à coisa julgada.

A judicialização deve envolver, afirmam especialistas, principalmente as empresas com valores totais de créditos entre R\$ 100 milhões e R\$ 500 milhões. Nesses casos, as compensações devem ser feitas em prazos mínimos de 20 a 60 meses. Para as que têm créditos entre R\$ 10 milhões e R\$ 100 milhões, o mínimo é de 12 meses, algo considerado razoável.

"Para alguns contribuintes, não vale a pena questionar judicialmente, especialmente os que estão nas faixas inferiores, porque o prazo para compensar é relativamente pequeno, de 12 meses. Eles não vão ter dificuldade. Mas os com valores mais elevados têm sim interesse em litigar", afirma o tributarista Thales Stucky, sócio do escritório de advocacia Trench Rossi Watanabe.

Na prática, o teto mensal de compensação para todas as faixas é de R\$ 10 milhões. Se o valor dos **impostos** a serem pagos ao governo for maior, a empresa precisará, então, desembolsar a diferença em dinheiro. Antes, como não havia limitação, o contribuinte poderia compensar todo o crédito de uma só vez.

"Com a nova regra, a empresa não vai poder usar tudo em uma compensação só, vai ter que dividir. Então mesmo tendo crédito suficiente para quitar seus **impostos**, terá de tirar dinheiro do bolso", diz Stucky. Por isso, acrescenta, o entrave impacta significativamente o fluxo de caixa das empresas, que

devem ter de refazer o planejamento orçamentário para este ano.

Para a tributarista Andrea Mascitoto, sócia do escritório Pinheiro Neto Advogados, a portaria também gera uma dificuldade burocrática, porque o sistema da **Receita Federal** não permite a compensação de créditos acima de cinco anos-período mínimo para compensar valores acima de R\$ 500 milhões.

"As Dcomps [declarações de compensação] não conseguem ser transmitidas se o crédito tem mais de cinco anos, ou seja, terá que haver uma coincidência entre o limite máximo e mínimo ou a Fazenda entender de uma forma diferente, para destravar o sistema", afirma.

É a primeira vez que existe uma restrição temporal e do volume a ser compensado. Antes, outros tipos de baliza foram estabelecidas, com estimativas de Imposto de Renda, contribuição previdenciária e prejuízos fiscais. Desta vez, dizem os especialistas, a limitação foi mais severa por restringir o alcance de uma decisão judicial, direito assegurado pela Constituição.

"Traz uma situação muito injusta porque o contribuinte pagou indevidamente o imposto, percorreu decisão transitada em julgado, aguardou anos, teve custas judiciais e o mínimo que se espera é a imediata restituição do valor", afirma o advogado Halley Henares, presidente da Associação Brasileira Advocacia Tributária (Abat) e sócio do Henares Advogados Associados.

A medida, dizem advogados, também fere a isonomia porque os contribuintes que optaram por precatório devem receber mais rápido do que aqueles que escolheram a via da compensação. Em média, o precatório federal é recebido no intervalo entre um e dois anos. Aqueles que já iniciaram a compensação ou já escolheram essa via não podem voltar atrás e optar pelo precatório.

Eles entendem ainda que a medida viola o princípio da legalidade. Isso porque uma MP não poderia delegar a um ato do Ministério da Fazenda a regulamentação. Além disso, questiona-se a necessidade e urgência da medida ter sido feita por uma MP, enquanto a via correta deveria ser por lei ordinária, por meio do envio

de um projeto de lei. Essa discussão será o tema de uma reunião entre líderes do Congresso hoje.

Alguns destacam que a portaria institui um "empréstimo compulsório disfarçado". "Na prática, o que o governo está fazendo por via indireta é um empréstimo compulsório. Ele está pegando emprestado um recurso do contribuinte sem obedecerão que a Constituição determina nesses casos", afirma o advogado Edemir Marques de Oliveira, do escritório Marques de Oliveira Advogados.

O objetivo do teto, acrescenta, é proteger a arrecadação. Desde 2019, o volume de créditos fiscais contra a União cresceu consideravelmente, sobretudo por conta do julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF) da "tese do século", que, em 2017, excluiu o ICMS da base do PIS e da Cofins. Ou seja, o governo vai deixar de arrecadar bilhões por conta das compensações feitas com os créditos gerados.

Segundo o Ministério da Fazenda, R\$ 60 bilhões foram usados pelos contribuintes para compensar débitos federais, entre janeiro e agosto de 2023. Desde 2019, os créditos judiciais têm representado 38% dos usados nas compensações federais. Entre 2005 e 2018, esse percentual era de 5%. Do total, cerca de 90% vieram da tese do século. Procurados pelo Valor, a Receita e o Ministério da Fazenda não se manifestaram.

As limitações da portaria só valem para créditos acima de R\$ 10 milhões. A MP que inicialmente estabeleceu a nova regra ainda precisa ser convertida em lei pelo Congresso Nacional. Ao ser publicada, também revogou benefícios fiscais do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) e derrubou a desoneração da folha de salários. Essas últimas medidas, porém, só começam a valer em abril.

"Com limite, empresa terá de tirar dinheiro do bolso para pagar **impostos**" Thales Stucky

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187758>

# Justiça Federal alerta contra golpes sobre precatórios

O Conselho da Justiça Federal (CJF) e os seis Tribunais Regionais Federais (TRFs) divulgam a campanha de conscientização sobre o recebimento de precatórios retidos em 2021 e 2022, que começaram a ser pagos neste mês de janeiro. Os pagamentos devem mobilizar cerca de R\$ 97 bilhões e, com objetivo de solucionar dúvidas e alertar sobre possíveis golpes, a JF preparou um conteúdo especial sobre o assunto.

O material pode ser encontrado no hotsite Precatórios e RPVs, hospedado no Portal do CJF ([www.cjf.jus.br](http://www.cjf.jus.br)), e nas redes sociais do Conselho e dos TRFs.

No site, há o link para uma cartilha completa sobre o tema e informações relevantes a respeito da ordem do recebimento, os procedimentos para sacar o dinheiro e ainda avisos sobre golpes.

Conforme a Justiça Federal, uma tática comum de criminosos é tentar se passar por **servidores públicos** para cobrar taxas ou pedir pagamentos em troca de maior agilidade no recebimento.

A JF lembra que não cobra qualquer taxa nem é possível alterar a ordem cronológica de pagamentos, que segue disposições legais.

**Site:**

**<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?numero=16292&edicao=10952>**

# Pacheco faz reunião sobre MP da reoneração

Frentes parlamentares como a do empreendedorismo e a da agropecuária pediram nesta segunda-feira (8) ao presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), a devolução da MP (medida provisória) enviada pelo governo que prevê a reoneração gradual da folha de pagamentos.

Pacheco marcou para a manhã desta terça-feira (9) uma reunião com lideranças do Congresso para tratar do tema, que se tornou o mais recente impasse entre parlamentares e o ministro Fernando Haddad (Fazenda).

Os documentos afirmam que a medida proposta por Haddad deve ser devolvida porque o Congresso recentemente já deliberou sobre o tema, e em senti do contrário ao proposto pelo governo federal.

"A mencionada solicitação tem como lastro a recente deliberação do Congresso Nacional que, por meio de elevada sensibilidade jurídico-constitucional direcionou seus esforços analítico e deliberativo em sentido diverso da Medida Provisória apresentada", afirma o texto.

A desoneração da folha de pagamento foi aprovada pelo Congresso Nacional em 2023, mas o texto foi integralmente vetado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

A decisão causou revolta e os parlamentares derrubaram o veto de Lula mesmo após apelos de Haddad, que então se comprometeu a entregar um texto al terna ti vo ao aprovado.

A proposta alternativa veio só após o início do recesso parlamentar, em forma de medida provisória. O texto encontrou resistência e, desde sua publicação, senadores e deputados pressionam contra a medida.

Ainda em dezembro de 2023, Pacheco evitou confirmar se aceitaria a MP e afirmou que conversaria com líderes sobre o tema antes de decidir.

"Farei uma análise apurada do teor da medida provisória com o assessoramento da consultoria legislativa do Senado Federal. Para além da estranheza sobre a desconstituição da decisão recente do Congresso Nacional sobre o tema, há a necessidade da análise técnica sobre os aspectos de constitucionalidade da MP", afirmou ele, então.

A reunião, que acontecerá nesta terça, pode definir o

destino de uma medida-chave para Haddad no Congresso. O ministro começou o governo Lula como um dos mais elogiados por parlamentares, por sua capacidade de diálogo.

Com o decorrer dos meses, terminou o ano em meio a impasses sobre temas como **Carf**, arcabouço fiscal e, finalmente, a desoneração.

A Fazenda, por sua vez, já admite alterar a meta de déficit zero - uma das principais bandeiras de Haddad, - caso se esgotem todas as alternativas para compensar a renúncia de receitas com a prorrogação, até 2027, da atual desoneração da folha de pagamento.

Para que não seja preciso chegar a essa situação, a equipe ameaça recorrer à Justiça se a MP for derrubada pelo Congresso. Se esse cenário se concretizar, a Fazenda ainda vai tentar mais uma cartada: emplacar novas medidas para evitar perda de arrecadação e reforçar o caixa da União neste ano.

A desoneração da folha de pagamento segue válida para 17 setores da economia. Entre eles está o de comunicação. Também são contemplados os segmentos de calçados, call center, confecção e vestuário, construção civil, empresas de construção e obras de infraestrutura, entre outros. (Folhapress)

**Site:** <https://opopular.com.br/digital/09-janeiro-2024/10-caderno>

# MPda reoneração poderá ser derrubada

Está prevista para hoje reunião do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), com líderes partidários para debater a medida provisória (MP) da reoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia. Parte deles tem defendido a derrubada da medida, editada nos últimos dias de 2023 e que prevê a volta gradual da contribuição previdenciária patronal, a revisão do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) e a limitação das compensações de créditos tributários.

Na Câmara, a deputada Any Ortiz (Cidadania-RS), relatora da proposta que prorrogava a desoneração da folha, está mobilizando líderes de outras siglas para que a MP não seja aprovada.

Enquanto a situação não se define, o vice-presidente jurídico da Federasul, Milton Terra Machado, diz que as empresas dos setores que eram beneficiados tendem a paralisar o planejamento do ano e as possíveis contratações pela falta de previsão sobre como serão tributadas.

"Isso traz uma insegurança absurda por conta de um cenário absolutamente nebuloso. O contribuinte fica perdido e não consegue planejar. Temos que competir com empresas de fora que têm regras muito estáveis e, quando são alteradas, existe uma preocupação em não surpreender", avalia.

O sistema de desoneração da folha permitia que as empresas de 17 setores substituíssem a contribuição de 20% sobre salários por uma alíquota de 1% a 4,5% sobre a receita bruta. Os ramos neste grupo são Confecção e vestuário, Calçados, Construção civil, Call center, Comunicação, Empresas de construção e obras de infraestrutura, Couro, Fabricação de veículos e carroçarias, Máquinas e equipamentos, Proteína animal, Têxtil, Tecnologia da informação (TI), Tecnologia de comunicação (TIC), Projeto de circuitos integrados, Transporte metroferroviário de passageiros, Transporte rodoviário coletivo e Transporte rodoviário de carga. "Nunca foi uma desoneração completa. Apenas muda a forma de tributar, porque numa crise, por exemplo, todos os **tributos** diminuem proporcionalmente, à exceção da folha de pagamento. O que não é inteligente, pois é um desestímulo à contratação da mão de obra humana", analisa Machado.

A MP do governo implementa alíquotas de 10% ou 15%, a depender da atividade sobre a primeira faixa salarial, no valor correspondente a um salário mínimo.

O valor superior ao mínimo seria tributado em 20% com previsão de aumento gradativo até 2027. A partir de 2028 todos voltariam a pagar 20% sobre todas as faixas salariais. Na avaliação de Machado houve desrespeito institucional do Executivo frente ao Legislativo ao propor uma medida que contraria a decisão aprovada por maioria.

"É um tapa na cara institucional.

O Congresso vai reagir e votar, pela terceira vez, para manter a prorrogação", afirma.

A deputada Any Ortiz informa que o incremento da receita do governo por conta da medida da desoneração teria sido de mais R\$ 30 bilhões em 2022, enquanto as renúncias fiscais somariam R\$ 9 bilhões. Ela estima que 1 milhão de empregos estão em risco caso não se prorrogue a desoneração da folha. Sobre a insegurança jurídica, o vice-presidente jurídico da Federasul ressalta que o setor de eventos também foi pego de surpresa.

Pelo texto da medida, neste ano deve voltar a cobrança das contribuições sociais sobre o faturamento das empresas beneficiadas pelo Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse). "Essas empresas se endividaram para não fechar as portas e fizeram planejamentos com base no Perse", observa.

A desoneração existia desde 2012 e estava prevista para terminar em 2023, foi prorrogada pelo Congresso e vetada por Lula no final do ano passado. O Parlamento derrubou o veto, restabelecendo a desoneração. Agora a MP será analisada por uma comissão mista e pelos Plenários da Câmara e do Senado. O prazo de vigência da medida provisória é de 60 dias, prorrogável uma vez por igual período.

**Site:**

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?numero=16292&edicao=10952>

# Tributarista observa 'ilegalidades'

Além da reoneração da folha de pagamento e da revisão do Perse, a MP do governo limita também compensações de créditos tributários eventualmente obtidos em causas na Justiça contra a administração pública. Essas mudanças nas compensações que superem R\$ 10 milhões são ilegais na avaliação do tributarista, mestre em Direito Tributário e conselheiro da Associação Brasileira da Advocacia Tributária (ABAT), Eduardo Natal.

"Os valores a serem compensados já foram pagos indevidamente pelos contribuintes", enfatizou.

É inconstitucional, na opinião dele, "pois fere o princípio da igualdade na medida em que trata desigualmente quem mais sofreu com o pagamento indevido".

O vice-presidente jurídico da Federasul, Milton Terra Machado, concorda que é inconstitucional.

"São credores da União que serão obrigados a pagar **tributos** que poderiam ser compensados", salienta. As empresas podiam compensar 100% desses créditos de uma vez. Por se tratar de MP, pode ser questionada a falta de relevância e urgência, segundo Natal. "Todas as medidas tomadas pelo governo, durante o recesso parlamentar e do Judiciário, no apagar das luzes de 2023, contribuem para a insegurança jurídica e certamente serão judicializadas", prevê.

**Site:**

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?numero=16292&edicao=10952>

# Municípios passam a receber ICMS "extra" por desempenho escolar

**Marcos de Moura e Souza**

Uma novidade começa a sair do papel neste ano em 11 Estados brasileiros. A regra muda a forma como os governos estaduais transferem recursos do ICMS para as prefeituras.

Nesses Estados, municípios passam a ser "remunerados" com mais recursos ou "punidos" com menos recursos em função do desempenho que seus alunos da rede municipal tiveram nas provas no ano passado.

A lógica é premiar cidades em que a educação melhorou e incentivar prefeitos a agirem em cidades em que a educação piorou - dando a eles a perspectiva de reforço do caixa no ano seguinte.

A mudança é encarada como uma forma promissora de mobilizar prefeituras a adotarem medidas que façam avançar a educação na base. O alvo principal da esperada melhora é a alfabetização, tarefa que está na maior parte dos casos sob incumbência dos municípios.

"A experiência mostra que, se bem implementada e somada a outras políticas, a nova regra pode ter um papel fundamental para a qualidade da educação avançar no país", diz Olavo Nogueira Filho, diretor-executivo do Todos pela Educação, organização sem fins lucrativos que produz análises e apoio na área da educação pública.

Levantamento feito pelo Valor junto a todos os Estados mostrou que em 11 (Acre, Bahia, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Sergipe) o critério educacional começou a valer em 2024. Esses Estados somam 3.011 municípios.

O ICMS é a principal fonte de arrecadação dos Estados. A Constituição de 1988 definiu que os Estados ficariam com 75% do montante do ICMS e que 25% seriam repassados aos municípios.

A Constituição definiu também como distribuir os recursos pelos municípios: 75% deveriam ser repassados de acordo com o valor adicionado fiscal nas operações realizadas no município. E que 25% da fatia municipal do ICMS seria distribuída segundo

outros critérios definidos em lei de cada Estado.

Em 2020, a emenda constitucional 108 instituiu o chamado novo Fundeb e mudou a fórmula. Da parte que cabia a cada município, 65% seriam proporcionais ao valor adicionado nas operações de cada município. E 35% seguiriam outros critérios, entre eles o educacional.

A emenda constitucional deu até 2022 para os Estados se adaptarem às novas regras. E deu ainda um prazo para que conseguissem definir como, na prática, iriam redistribuir de forma justa a parte dos recursos com base em critérios de educação.

Cinco Estados (Amazonas, Espírito Santo, Goiás, Rondônia e São Paulo) deixaram para começar a distribuir recursos do ICMS sob esse critério somente em 2025. Tocantins vai começar em 2026. Outros Estados deram início no ano passado ou antes.

"O intuito é dizer às prefeituras: se vocês conseguirem melhorar a educação, principalmente, alfabetização, vocês vão ganhar mais dinheiro. E é um dinheiro desvinculado [cuja destinação fica a escolha da prefeitura]", diz Felipe Camarão, secretário de Educação e vice-governador do Maranhão.

Municípios maranhenses ganham mais ou menos recursos do ICMS a depender das notas dos alunos do 2º, 5º e 9º ano em língua portuguesa e matemática. Pesa também a favor do município quando há equidade na melhora da aprendizagem na rede municipal. "Não adianta o município ter ilhas de excelência", diz Camarão.

O Maranhão coloca ainda na conta o conceito de justiça social. Municípios mais pobres recebem um pouco mais para fazer frente às dificuldades. E outro ponto que conta a favor do município: quanto mais alunos, proporcionalmente à população, participar das provas de avaliação de aprendizagem mais o município recebe. Do ICMS devido aos municípios, 20% seguem critérios educacionais.

No Rio Grande do Sul, onde o critério também começou a vigorar este ano, a fatia é de 10% subindo até 17% em 2029. Mato Grosso também definiu submeter 10% da fatia do ICMS devido aos municípios a critérios educacionais.

Uma análise recente produzida pelo Todos pela Educação sobre o tema lembra que Minas Gerais foi, em 1995, o pioneiro no Brasil na inclusão de dados sobre educação nas regras de repartição do ICMS com os municípios. Mas era um percentual mínimo, de apenas 2%.

A ideia, no entanto, ganhou peso e repercussão com o Ceará. Em 1996, a fatia prevista sob critério educacional era de 12,5%.

O Estado acabou se tornando uma vitrine do ICMS educacional - política apontada como um dos fatores de sucesso da educação pública local.

Entre 2005 e 2019, o índice de Desenvolvimento da Educação Básica nos anos iniciais do ensino fundamental saiu de 2,8 para 6,3. E em 2019, o Estado alcançava a marca de terceiro maior Icleb do país nos anos iniciais e segundo em proficiência em alfabetização.

"Mais ou menos dois terços aprovaram leis que estão muito alinhadas com os princípios da experiência do Ceará, de atingi-mento de resultados e com um desenho contra o aumento das desigualdades", diz Nogueira, do Todos pela Educação.

"Mas cerca de um terço dos Estados aprovaram ações que inspiram alguma atenção. Em alguns desses Estados, há ênfase excessiva em premiar o processo, e não tanto os resultados. E o risco é que isso não dê resultado em qualidade de aprendizagem."

Outro ponto de atenção. Embora para um horizonte mais distante. A futura união do ICMS e outros **impostos**-conforme definiu a **reforma tributária**-deixa ainda dúvidas sobre que ajustes poderão ser necessários nas leis do ICMS educação. Para agora, Nogueira aponta que é chave que os governos estaduais, além de "remunerar" cidades que avancem em educação, que mantenham políticas de apoio às prefeituras, especialmente, para a alfabetização.

"Nos últimos anos, nós temos dialogado com todos os prefeitos sobre a nova política e eu não sei se todos já se deram conta do tamanho do impacto que poderemos ter", diz Débora Resende Maranhão, gerente de Estatística e Informação da Secretaria de Educação do Espírito Santo. O Estado começa a repassar recursos com base em critérios de educação no ano que vem. A expectativa é que prefeitos passem a dar mais atenção a medidas que tenham efeito no aprendizado. "Estou muito esperançosa de que será uma virada de chave muito grande não só aqui, mas no país."

"Estou esperançosa de que será uma virada de chave muito grande não só aqui, mas no país" Débora Maranhão

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187758>

# Nome sujo não cancela CPF nem suspende Bolsa Família

O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) fez um alerta contra informações falsas que circulam nas redes sociais: nome sujo na praça, por conta de pendências financeiras, não cancela um CPF junto à **Receita Federal** nem corta um benefício do Bolsa Família.

Portanto, a existência de dívidas financeiras em nada afeta o cadastro dos beneficiários dos programas sociais do governo federal.

Os boatos deturpam a informação de que o governo pretende suspender o pagamento Bolsa Família, a partir deste mês de janeiro, para cem mil pessoas que têm irregularidades no CPF. Mas isso nada tem a ver com dívidas que essas pessoas tenham em atraso. Problemas no documento dizem respeito a outras questões.

A irregularidade do CPF pode ocorrer devido a divergências de informações junto à **Receita federal**, além de cancelamento ou suspensão do documento na base de dados do Fisco. Por isso, é essencial regularizar o documento para evitar o bloqueio ou o cancelamento dos benefícios sociais.

"As famílias devem ficar atentas às informações constantes em mensagens no extrato de pagamento do Bolsa Família, no aplicativo do Bolsa Família e no aplicativo Caixa Tem, pois o governo federal tem alertado sobre as inconsistências encontradas no CPF do titular do programa ou de alguém da família", informou o ministério.

O responsável pela família também pode consultar o aplicativo do Cadastro Único. Caso não tenha o app, ele deve procurar a gestão municipal ou ligar para o Disque Social 121.

**Site:** <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

# Reajuste deve repor só inflação

A partir do dia 25 deste mês, aposentadorias, pensões e demais benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) serão pagos com o reajuste anual.

Quem recebe um salário mínimo terá o aumento acima da **inflação**, conforme a política de valorização do salário mínimo. Recebem primeiro os beneficiários de renda previdenciária de até um salário mínimo, valendo R\$ 1.412 em 2024. Depois são pagos os benefícios maiores, acima do mínimo e até o teto previdenciário. Para este grupo não deverá haver aumento real, mas apenas a reposição da **inflação** medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). O indicador deverá ser divulgado nesta semana pelo IBGE.

Embora não seja o índice oficial de **inflação**, o INPC é usado no cálculo por medir preços para famílias que ganham até cinco salários mínimos, o que representa a maioria da população. Os depósitos são feitos conforme o número final do benefício, sem considerar o dígito verificador. Recebem o pagamento primeiro os aposentados e pensionistas com benefício com dígito final 1.

**Site:**

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?numero=16292&edicao=10952>

# Pauta do STF tem grandes casos

São Paulo - O ano de 2024 começa com pelo menos 26 grandes casos na área tributária pendentes de decisão no Supremo Tribunal Federal (STF). Em termos de valor, o destaque são as disputas em torno do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins), recordistas de judicialização no País e que serão extintas em 2026 com a **reforma tributária**.

"Torcemos para que se respeite o entendimento da corte firmado em outros casos iguais, visando a proteção da jurisprudência e a segurança jurídica

O Orçamento deste ano traz uma lista de 16 casos tributários no Supremo com estimativa de impacto fiscal para o governo de R\$ 812,4 bilhões. O PIS/Cofins, que financia despesas com seguridade e seguro-desemprego, por exemplo, responde por cerca de R\$ 600 bilhões. Outras dez ações listadas não possuem valores divulgados. Muitas delas também tratam desses dois **tributos**.

No ano passado, o valor total era de R\$ 1,4 bilhão, mas houve solução para alguns casos. O maior deles, com impacto estimado de R\$ 473 bilhões, tratava de critérios para aplicação da não cumulatividade do PIS/Cofins, com decisão favorável à União.

Neste ano, haverá mudança na composição da Corte, o que pode ajudar o governo em algumas dessas votações. Em fevereiro, Flávio Dino toma posse como novo ministro do STF. Ele foi indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para suceder a ministra aposentada Rosa Weber.

Nos últimos anos, o Supremo deu prioridade à pauta tributária, dando solução para casos relevantes, como a chamada "tese do século" perdida pela União e que tratou da exclusão de vários **tributos** da base de cálculo do PIS/Cofins.

Tatiana Del Giudice Cappa Chiaradia, sócia do escritório Candido Martins Advogados, afirma que em 2023 inúmeros temas fiscais com impacto nos cofres públicos e no bolso dos contribuintes também entraram na pauta. No ano passado, a corte julgou 27 temas de repercussão geral em matéria tributária, segundo dados do próprio STF.

Diferencial de ICMS - Entre eles, a questão do chamado limite da coisa julgada em matéria tributária e a cobrança do diferencial de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços

(ICMS), ambas decisões favoráveis aos fiscos.

Os contribuintes, por outro lado, saíram vitoriosos em questões como a inconstitucionalidade da multa isolada adicional de 50%, aplicada quando a **Receita Federal** indefere pedidos de compensação de **tributos**, e o afastamento da cobrança de ICMS sobre propaganda na internet, mantendo apenas o Imposto sobre Serviços (ISS).

Seguem pendentes de julgamento casos emblemáticos, como o tema da exclusão do ISS das bases de cálculo do PIS/Cofins, entre outros "filhotes" do julgamento da tese do século.

"O grande desafio aqui será a mudança significativa na composição da corte, que poderá trazer surpresas indesejadas aos contribuintes. Torcemos para que o mesmo entendimento seja respeitado", afirma a tributarista.

A especialista também destaca um tema que não está na lista apresentada no Orçamento, mas de impacto relevante, que é a definição da incidência das contribuições previdenciárias sobre o terço de férias. Nesse caso, já foi proferido resultado desfavorável aos contribuintes, mas Tatiana Chiaradia afirma que inúmeros pontos essenciais e imprescindíveis para compreensão do tema estão pendentes por conta dos recursos apresentados pelas partes.

"Torcemos aqui, mais uma vez, para que se respeite o entendimento da corte firmado em outros casos iguais ao presente, visando a proteção da jurisprudência e a segurança jurídica a fim de afastar a tributação das férias em discussão", ressalta. (Eduardo Cucolo/Folhapress)

Agenda de arrecadação preocupa São Paulo - David Andrade Silva, tributarista e sócio da Andrade Silva Advogados, avalia que a mudança na composição do Supremo Tribunal Federal (STF), com um novo ministro alinhado a um governo que tem uma agenda de aumento da arrecadação, é um fator de preocupação para os contribuintes.

Ele diz esperar, no entanto, que o Supremo mantenha a coerência, por exemplo, ao tratar dos casos derivados da tese do século, que tratou da exclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) da base do Programa de Integração Social/ Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (PIS/ Cofins).

Estão pendentes os pedidos para excluir também o Imposto sobre Serviços (ISS) e o próprio PIS/Cofins da sua base.

Segundo o advogado, historicamente, os contribuintes perdem a maioria dos casos em matéria tributária nos tribunais superiores, sendo a tese do século uma das exceções.

"O Supremo não tem o histórico de respeitar sua própria jurisprudência. Isso gera uma insegurança jurídica muito grande. Eventualmente, decide numa linha e, anos depois, vai em outra absolutamente contrária, às vezes pela composição nova do tribunal", diz o tributarista. (Eduardo Cucolo/ Folhapress)

**Site:** <https://diariodocomercio.com.br/versao-impressa/>

# 26 grandes casos tributários podem estar na pauta

(Eduardo Cucolo/Folhapress)

fiscos.

O ano de 2024 começa com pelo menos 26 grandes casos na área tributária pendentes de decisão no Supremo Tribunal Federal (STF).

Site: <https://meu-perfil.otempo.com.br/jornal-digital>

Em termos de valor, o destaque são as disputas em torno das contribuições federais PIS e Cofins, recordistas de judicialização no país e que serão extintas em 2026 com a reforma tributária.

O Orçamento deste ano apresenta uma lista de 16 casos tributários no Supremo com estimativa de impacto fiscal para o governo de R\$ 812,4 bilhões. O PIS/Cofins, que financia despesas com seguridade e seguro-desemprego, por exemplo, responde por cerca de R\$ 600 bilhões.

Outras dez ações listadas não têm valores divulgados. Muitas delas também tratam desses dois tributos.

No ano passado, o valor total era de R\$ 1,4 bilhão, mas houve solução para alguns casos. O maior deles, com impacto estimado de R\$ 473 bilhões, tratava de critérios para aplicação da não cumulatividade do PIS/Cofins, com decisão favorável à União.

Neste ano, haverá mudança na composição da Corte, o que pode ajudar o governo em algumas dessas votações. Em fevereiro, Flávio Dino toma posse como novo ministro do STF. Ele foi indicado pelo presidente Lula para suceder a ministra aposentada Rosa Weber.

Nos últimos anos, o Supremo de prioridade à pauta tributária, dando solução para casos relevantes, como a chamada "tese do século" perdida pela União e que tratou da exclusão de vários tributos da base de cálculo do PIS/Cofins.

Tatiana Del Giudice Cappa Chiaradia, sócia do escritório Cândido Martins Advogados, afirma que em 2023 inúmeros temas fiscais com impacto nos cofres públicos e no bolso dos contribuintes também entraram na pauta. No ano passado, a Corte julgou 27 temas de repercussão geral em matéria tributária, segundo dados do próprio STF.

Entre eles, a questão do chamado "limite da coisa julgada" em matéria tributária e a cobrança do diferencial de ICMS, ambas decisões favoráveis aos

# INSS: sem aumento real para quem ganha acima do mínimo

**Geralda Doca** [geralda@oglobo.com.br](mailto:geralda@oglobo.com.br)

O governo federal vai anunciar ainda nesta semana o reajuste dos benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) para quem recebe acima de um salário mínimo (R\$ 1.412). Ficou acertado que, neste caso, aposentados e pensionistas terão apenas a reposição da **inflação** medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), a ser divulgado pelo IBGE na quinta-feira.

Sendo assim, não haverá ganho real para essas aposentadorias e pensões.

Entre janeiro e novembro, o índice acumulado estava em 3,14% e, nos 12 meses, 3,85%. A expectativa é de que o INPC de 2023 fique em torno de 3,4%, entre janeiro e dezembro, de acordo com especialistas.

**GANHO REAL NO BPC** Já os beneficiários pagos pela **Previdência Social**, incluindo o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que concede até um salário mínimo, terão ganho real, acima da **inflação**. Neste caso, o valor do benefício acompanha o piso nacional, que teve alta de 6,97% em comparação aos R\$ 1.320 em vigor no ano passado.

O novo salário mínimo para 2024 ficou estipulado em R\$ 1.412 e foi definido com base na **inflação** entre dezembro de 2022 e novembro de 2023, de 3,85% e mais três pontos percentuais (ganho real) relativos à expansão do Produto Interno Bruto (**PIB**) 2022.

Atualmente, a Previdência paga benefícios a cerca de 39 milhões de pessoas, incluindo o BPC. Deste universo, 67% recebem até um salário mínimo.

Assim que foi divulgado o resultado INPC, os Ministérios da Previdência e da Fazenda editaram uma portaria conjunta com o reajuste dos benefícios previdenciários.

O percentual corrigirá também as faixas de contribuição e o teto do **INSS**, que está em R\$ 7.507,49.

Revisão voltará a ser julgada no mês que vem

O Supremo Tribunal Federal (STF) vai retomar no dia 1º de fevereiro o julgamento sobre a revisão da vida

toda de aposentadorias do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

O processo foi incluído na pauta de julgamentos pelo presidente da Corte, ministro Luís Roberto Barroso. As informações são da Agência Brasil.

A análise do caso foi suspensa em 1º de dezembro de 2023 após um pedido de destaque feito pelo ministro Alexandre de Moraes no plenário virtual da Corte. Ainda em dezembro, o Supremo validou a revisão da vida toda e permitiu que aposentados que entraram na Justiça possam pedir o recálculo do benefício com base em todas as contribuições feitas ao longo da vida.

A Corte reconheceu que o beneficiário pode optar pelo critério de cálculo que renda o maior valor mensal, cabendo ao aposentado avaliar se o cálculo da vida toda pode aumentar ou não o benefício.

A regra de transição que excluía as contribuições anteriores a julho de 1994, quando o Plano Real foi implementado, pode ser afastada caso seja desvantajosa ao segurado.

**EXPECTATIVA** Segundo previsão de especialistas, o índice usado no reajuste deve ficar em 3,4%

**Site:** <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

# O peso da Reforma da Previdência sobre os ombros dos trabalhadores (Artigo)

**SILVANA TERESA PIROLI** *Presidente do Sindiserv*

Sim, o trabalhador da ativa está cada dia mais preocupado em relação à própria sobrevivência e de seus familiares. A Reforma da Previdência (EC103/2019) instituída pelo governo Bolsonaro dificultou o acesso à aposentadoria e tanto pela idade mínima de 65 anos para homens e de 62 para mulheres, após período de transição, quanto pela imposição de alíquotas de contribuição, tempo de trabalho e redução da pensão. As alterações valem para trabalhadores da iniciativa privada (**INSS**) e **servidores públicos**.

Em relação aos servidores municipais, nossa luta em Caxias do Sul/RS iniciou em 2017, com diversos movimentos para alertar, instrumentalizar os servidores e a população sobre os resultados nefastos do jogo montado pelo governo para penalizar a população. Especificamente, o Regime Próprio de **Previdência Social** (RPPS) foi instaurado em Caxias em 2001 e a partir disso, os governos municipais que seguiram estipularam seus próprios percentuais de contribuição à revelia do rombo causado no sistema previdenciário municipal.

Contudo, os servidores continuaram contribuindo em percentuais mais altos que os trabalhadores da iniciativa privada.

Com a reforma, os municípios, como é o caso de Caxias do Sul, aplicaram fórmulas ainda mais drásticas, fazendo com que os servidores abarcassem uma conta que não é e nunca foi de sua responsabilidade. Desde abril deste ano, servidores inativos passaram a contribuir novamente com o RPPS, após o terem feito durante toda a vida laboral em percentuais progressivos que hoje variam de 14% até 22% para ativos e inativos, com isenção para quem recebe até R\$2.168,00. É a tal conta que chega em nossas casas sem nunca termos contraído a dívida, mas que alguém tem que pagar e como sempre, neste jogo de interesses, quem perde é o trabalhador.

Os impactos nos vencimentos de servidores aposentados com renda inferior a três salários mínimos são tantos que eles precisam escolher entre a medicação e o alimento. Não é justo retribuir a quem dedicou os melhores anos de sua vida a serviço da

população com retiradas de direitos. Um peso que os trabalhadores não têm mais como suportar.

Agora, resta aos sindicatos, centrais e confederações buscarem a reversão desta situação junto à esfera federal e que seja estabelecido, no mínimo, um teto para a aplicação da contribuição. Consideramos que todos os trabalhadores foram penalizados com a reforma da previdência. Uma reforma muito dura que tem reflexos nas contribuições.

O desemprego, a informalidade e a desregulamentação do trabalho têm feito com que muitos trabalhadores não sejam contribuintes e com o tempo teremos ainda mais problemas previdenciários.

Quais são as alternativas? Precisamos construir uma previdência pública forte, capaz de garantir as políticas previdenciárias necessárias a todos e todas. No setor público, precisamos resolver os problemas dos Regimes Próprios de **Previdência Social** (RPPS). Vamos ter que definir quem vai pagar a conta.

O que é certo é que essa conta não pertence aos servidores. Para isso, um grupo de trabalho precisa ser estabelecido pelo governo federal com representantes dos envolvidos para buscar alternativas factíveis a fim de resolver os problemas financeiros do RPPS.

**Site:** <https://flippioneiro.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/pio/>

# Salário mínimo 2024: saiba quando começa a valer o reajuste e de quanto é

Por O Globo - Brasília

O novo salário mínimo começou a valer oficialmente no dia 1º de janeiro. O piso subiu para R\$ 1.412, com um reajuste de 6,97% sobre o valor vigente em 2023, que era de R\$ 1.320. Com isso, para a maioria dos trabalhadores, o primeiro pagamento atualizado - referente aos dias trabalhados neste mês de janeiro - acontecerá somente em fevereiro de 2024.

É o caso das domésticas, por exemplo. Agora no início de janeiro, o valor pago a elas ainda deverá ter como referência o piso nacional de R\$ 1.320, já que diz respeito à competência de dezembro de 2023.

No caso do **INSS**, o novo salário mínimo de R\$ 1.412 será pago a aposentados e pensionistas entre os cinco últimos dias úteis de janeiro e os cinco primeiros dias úteis de fevereiro.

No caso do trabalho doméstico, Mário Avelino, presidente do Doméstica Legal, explica o empregador deverá reajustar o salário de janeiro no pagamento feito em fevereiro para a funcionária que ganha o mínimo. Mas há ainda a aplicação do reajuste em outras situações do emprego doméstico, como no caso do período aquisitivo de férias ou de rescisão do contrato.

Mário Avelino lembra ainda que cinco estados aplicam um piso salarial estadual acima do salário mínimo federal - Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro. No caso do Rio, o piso não é atualizado desde 2019.

O montante atualizado é resultado da implementação da nova regra para a correção do salário mínimo. Essa diretriz leva em conta a projeção de **inflação** indicada pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) até novembro de 2023, que foi de 3,85%, mais o crescimento do **PIB** (Produto Interno Bruto) referente a dois anos antes, isto é, 2022, com uma taxa de 2,9%.

No caso da pensão alimentícia, Alessandro Azzoni, advogado, economista, e membro do Conselho Deliberativo da Associação Comercial de São Paulo (ACSP), explica que o novo valor já deve ser pago em janeiro.

- Se a pensão é paga a partir do dia 1º, já vale o novo

valor. Geralmente, a principal dúvida dos pais e dos filhos que recebem a pensão gira em torno de a partir de quando o valor deve ser pago. Reiterando: o valor tem que ser pago a partir de janeiro, uma vez que a pensão alimentícia não é paga sobre o mês vencido, mas sobre o mês corrente - destaca ele.

Qual o valor do salário mínimo em 2024?

O valor representa uma alta mínima de R\$ 92 e ficou abaixo dos R\$ 1.421 estimados pelo governo na proposta de orçamento deste ano.

Como é feito o cálculo do salário mínimo?

O valor calculado considera a nova política permanente de valorização do salário mínimo do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, já aprovada pelo Congresso Nacional.

Pela nova lei, o reajuste corresponde à soma de dois índices:

O primeiro fator, relacionado à **inflação**, foi divulgado na semana passada pelo IBGE: 3,85%. A essa variação, se somou o crescimento do **PIB** de 2022 - que totalizou 3% de expansão, de acordo com número já corrigido.

Com isso, calcula-se o valor de R\$ 1.412, com número arredondado .

Quando o novo salário mínimo começa a valer?

Como o valor começa a valer em 1º de janeiro de 2024 , com pagamento em fevereiro . O governo federal tem até o fim deste ano para editar o decreto reajustando o salário mínimo.

O presidente pode, a seu critério, decidir conceder um reajuste maior que o calculado.

A lei que estabeleceu novas regras para a valorização do mínimo, além de criar uma fórmula para o reajuste, definiu que o valor é implementado por decreto.

Sem fórmula de cálculo, qual seria o reajuste do salário mínimo?

Se não houvesse a fórmula de reajuste definida em lei,

ainda assim o governo seria obrigado pela Constituição a reajustar o salário mínimo pela **inflação** do período. Considerando o acumulado de 12 meses até novembro, o valor passaria para R\$ 1.371.

**Site:**

**<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/01/09/salario-minimo-2024-saiba-quando-comeca-a-valer-o-reajuste-e-de-quanto-e.ghtml>**

# Hérnia de disco foi a principal causa de afastamento do trabalho em 2023; conheça sintomas (Corpo)

Mais de 2,5 milhões de brasileiros foram afastados do trabalho por razões de saúde em 2023, segundo o Ministério da **Previdência Social**. A hérnia de disco foi a principal causa, seguida de dor na lombar.

Sedentarismo e má postura são os dois fatores mais importantes associados às lesões na coluna, afirmam os médicos entrevistados pela reportagem.

A lista com as dez doenças mais recorrentes tem predominância das osteoarticulares, que são os distúrbios articulares, ósseos e musculares, como lesões no ombro, tendinite e lesão no punho, além de dores na lombar e diferentes hérnias.

Comuns no Brasil, essas disfunções são multifatoriais e influenciadas por predisposição genética, diz o médico Fernando Oto, presidente da Sociedade Brasileira de Clínica Médica em Santa Catarina (SBCM/SC).

Entretanto, afirma Oto, também podem ser causadas por adoção de posições inadequadas no desempenho do trabalho, falta de ergonomia e exposição a cargas laborais exageradas.

Segundo Francisco Cortes Fernandes, presidente da Associação Nacional de Medicina do Trabalho, muitas vezes os postos de trabalho estão inadequados para os funcionários e falta fiscalização. "Patologias ortopédicas são as mais frequentes", diz.

Além delas, dezenas de milhares de pessoas foram afastadas dos trabalhos devido a cálculo renal ou transtorno de ansiedade e depressão -que ficou em nono lugar entre os motivos mais frequentes para afastamento.

Quando uma doença ou lesão impede o retorno ao trabalho por mais de 15 dias, o segurado tem direito ao afastamento pelo **INSS**. A duração do afastamento varia de acordo com a situação médica do trabalhador. Durante esse período, ele recebe benefícios por incapacidade temporária -o antigo auxílio-doença.

A hérnia de disco é uma doença que acomete uma região específica da coluna, chamado disco

intervertebral. Ela acontece principalmente devido ao desgaste precoce dessa estrutura, processo que leva à formação da hérnia e com isso a compressão do nervo ciático.

O sintoma mais prevalente é a dor ciática. Ou seja, a dor irradiada para a perna, e está associada a perda de sensibilidade, de força muscular, sensações de choques e formigamentos na perna.

Renato Ueta, ortopedista e membro do Grupo da Coluna do Departamento de Ortopedia e Traumatologia da Escola Paulista de Medicina - Unifesp, afirma que a melhor forma de prevenir a hérnia é ter muita atenção à postura durante as atividades diárias, seja sentado em um escritório ou na realização de atividade física.

"A hérnia de disco, diferentemente do que muitos acreditam, acomete a população mais jovem, principalmente dos 20 aos 40 anos. Uma faixa etária bastante produtiva da população. Os sintomas são bastante limitantes e restritivos, impedindo, de fato, a realização das atividades diárias."

O seu diagnóstico se faz por um exame físico bem realizado e exames de imagem condizentes com a lesão. "Muitas vezes as pessoas leem o laudo de um exame que aponta uma 'hérnia' e, mesmo sem ter uma história clínica e um exame físico condizente com o diagnóstico, julgam ter a doença. Um diagnóstico equivocado, levará invariavelmente a um tratamento errado", explica Renato Ueta,

É importante lembrar que o tratamento de hérnia de disco envolve múltiplos profissionais, e nem sempre se trata de um caso cirúrgico. Por vezes o tratamento evolui bem com medicamentos, reabilitação física (fisioterapeutas, educadores físicos) e métodos analgésicos, como acupuntura .

Segundo Renato Ueta, a cirurgia é indicada nos casos em que o tratamento clínico não funciona ou quando há uma perda neurológica em evolução. " O tratamento de hérnia de disco tem um bom prognóstico, seja o clínico ou o cirúrgico."

O ortopedista destaca que é preciso diferenciar a dor lombar crônica , sem irradiação, prevalente na população adulta, da hérnia de disco.

"A dor lombar está bastante associada aos nossos hábitos de vida, e teve um grande aumento após a pandemia da Covid . Pelo aumento do tempo sentado, muitas vezes agravado pela falta de ergonomia no home office , pelo sedentarismo imposto pelo confinamento, e a postura ruim com o maior uso de celulares e notebooks", diz o médico.

Evitar altos níveis de estresse com uma rotina saudável, tanto do ponto de vista mental como físico, mantendo uma postura adequada no ambiente de trabalho, nas atividades domésticas (que sobrecarregam muito a coluna), a boa ergonomia no escritório e principalmente a atividade física regular também servem como prevenção e tratamento da dor lombar crônica.

**Site:**

**<https://www1.folha.uol.com.br/equilibriosaude/2024/01/hernia-de-disco-foi-a-principal-caoa-de-afastamento-do-trabalho-em-2023-conheca-sintomas.shtml>**

# 'Médicos não sabem, não querem ou não podem apontar depressão no trabalho'

**Carlos Juliano Barros** Colunista do UOL 09/01/2024 04h00

No final de novembro, o Ministério da Saúde atualizou a lista oficial de doenças relacionadas ao trabalho, com o acréscimo de 165 novas patologias potencialmente causadas por atividades profissionais. Criada em 1999, a relação não havia sido renovada desde o seu lançamento.

Um dos principais avanços da nova lista é o reconhecimento de "fatores psicossociais" como causa das chamadas doenças ocupacionais, avalia Marcia Bandini, médica e professora da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas). O burnout, como é conhecida a síndrome de esgotamento profissional, é uma delas.

Organizadora da recém-lançada coletânea de artigos "Desse Jeito não dá mais! - Trabalho doente e sofrimento mental", publicada pela editora Hucitec, Bandini coloca em xeque o baixo número de benefícios concedidos pelo **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) por depressão relacionada a atividades laborais.

Em entrevista exclusiva à coluna, a professora também critica a notificação de transtornos mentais pelos serviços médicos das empresas. "Os profissionais não sabem como fazer, não querem fazer ou não podem fazer - muitas vezes, porque há conflito de interesses", afirma.

Confira a entrevista na íntegra abaixo.

Alguns estudos apontam o Brasil como um dos campeões mundiais de burnout, mas isso não se reflete no número de benefícios do **INSS** concedidos por causa desse problema - entre 2012 e 2021, foram "apenas" 877 casos, segundo dados compilados pela senhora para o seu artigo no livro. A que se deve essa disparidade?

Eu acho que é uma tríade. Em primeiro lugar, o burnout não é considerado um transtorno mental. Na Classificação Internacional de Doenças (CID), o capítulo que se refere aos transtornos mentais e comportamentais é o F. Mas o burnout está lá no capítulo Z - são as "condições especiais". Em segundo lugar, não é incomum que quadros de burnout acabem sendo reconhecidos pela Previdência como um

transtorno depressivo. E a terceira ponta da minha tríade é, de fato, a subnotificação. É difícil reconhecer burnout. Em geral, quem tem quadros compatíveis com burnout são pessoas já com muito comprometimento com o trabalho.

Mas e essas pesquisas que dizem que até 30% da população brasileira sofreriam de burnout?

São pesquisas de institutos que fazem inquéritos populacionais muito simplificados, e aí acabam trazendo esses números estratosféricos. Quando digo isso, não estou dizendo que burnout não é uma preocupação. É, sim, mas não é uma preocupação dessa magnitude, embora existam muitos quadros de burnout. O risco desses números estratosféricos é que a gente acaba tendo uma leitura muito superficial de algo que é muito grave. Por outro lado, é fundamental que a gente reconheça que o que está notificado, e reconhecido como afastamento por burnout no **INSS**, não é aquilo - é muito mais. Só que frequentemente é confundido ou mesmo substituído por um transtorno depressivo.

No seu artigo, a senhora mostra que o número de benefícios concedidos pelo **INSS** por depressão, e comprovadamente causados pelo trabalho, é 20 vezes menor que o número de benefícios por depressão em que não houve essa comprovação. Mas a senhora coloca em xeque o baixo número de transtornos gerados pelo trabalho reconhecidos pelo **INSS**. Por quê?

Eu faço um capítulo com uma crítica contundente dos serviços [de saúde do trabalho] que são vinculados às empresas, sejam próprios ou contratados. Esses transtornos não são notificados porque os profissionais não sabem como fazer, não querem fazer ou não podem fazer - muitas vezes, porque há conflito de interesses. Eles têm a sua atuação restringida, muitas vezes, pelo empregador.

Transtorno mental relacionado ao trabalho é a associação mais difícil e talvez a mais frágil, porque traz exatamente subjetividades muito importantes - e ele é multicausal. Então, realmente fazer essa associação com o trabalho requer muito cuidado, mas não é impossível. E aí eu trago essa provocação no capítulo e falo assim: é improvável que a diferença seja tão grande, visto que as pessoas que se

afastaram [pelo **INSS**] são seguradas e, portanto, são trabalhadores.

A senhora também critica o atual modelo de saúde do trabalho por concentrar poderes nas mãos das empresas. Quais são os principais problemas?

A OIT (Organização Internacional do Trabalho) tem convenções que tratam de serviços de saúde. E aí tem países que têm modelos semelhantes ao Brasil e países que têm modelos diferentes. No caso do Brasil, especificamente, nós temos dois problemas. Um que é intrínseco, e que me parece um conflito de interesse, quando o empregador, que é o gerador do risco, também tem a tutela da saúde do trabalhador.

Aí, a gente pode adicionar outros agravantes. Se o médico, por exemplo, é um empregado da empresa, ele é subordinado. E eu estou cansada de ver médico que faz direitinho o seu trabalho e, como eu brinco, emite uma comunicação de acidente de trabalho de manhã e perde o emprego à tarde. Quando [o serviço de saúde] é via contratação de pessoa jurídica, pior ainda. Por que, ao invés de ser um empregador, a empresa passa a ser cliente. E, se o cliente não está satisfeito, muda de contrato.

O segundo problema é que a empresa tem o dever de notificar via carta, por exemplo, quando houver uma doença, um acidente relacionado ao trabalho. Se a empresa cumpre direitinho o seu papel, ela acaba sendo penalizada com o aumento do valor que ela paga ao **INSS**, com o passar do tempo. Isso não está errado. Se você machuca mais, você deveria pagar mais. É lógica de seguradora. O problema é que, se ela [empresa] se omite e não faz o dever dela, não acontece nada.

E a questão dos exames médicos periódicos obrigatórios? Há muitas críticas de que se criou uma indústria com exames apenas "para inglês ver". Isso deveria ser revisto?

Eu sou uma pessoa que eu tenho uma tendência de olhar o copo meio cheio. Quando nasceram esses exames, eu estou falando lá da época de Getúlio Vargas, não tinha nada. O SUS (Sistema Único de Saúde) só viria a se estruturar 50 anos depois.

Mas qual é a minha grande crítica? Em primeiro lugar, a ausência de possibilidade de escolha desse médico. Você vai fazer seu exame admissional, mandam você ir a um médico que você nunca tinha visto, ele começa a te fazer um monte de perguntas, você não tem garantia nenhuma se o que você está fazendo ali vai comprometer ou não a sua entrada na empresa. É difícil dar certo um exame médico desse.

Essa questão dos exames médicos precisa ser debatida na sociedade de uma maneira honesta, sem os conflitos e interesses econômicos de lado a lado. Tem o lado do trabalhador, tem o lado do empregador, que quer pagar o mínimo possível, e tem o lado da classe médica, que fica carimbando e ganhando trocados com esse negócio. Mas eu acho que isso precisa ser debatido. O grande risco disso são os oportunistas.

O seu receio é, como se diz, "jogar a água da bacia com o bebê fora"? Ou seja, não é porque esses exames estão mal desenhados que eles precisam acabar?

Eu acho que você ilustrou bem: "Gente, a água está suja, não é para jogar a bacia, a água e o bebê juntos". A gente precisava trazer isso para um debate que fosse realmente honesto e qualificado.

**Site: <https://economia.uol.com.br/columnas/carlos-juliano-barros/2024/01/09/medicos-nao-sabem-nao-querem-ou-nao-podem-apontar-depressao-no-trabalho.htm>**

# Projeto de passagem aérea barata esbarra em altos custos do setor

Uma das principais demandas do atual governo federal é com relação ao preço das passagens aéreas no Brasil, que vivem escalada de preços. Por isso, as companhias aéreas brasileiras entram em 2024 pressionadas para reduzir os valores. O assunto, no entanto, tem causado problemas às empresas que dizem ainda sofrer as consequências da pandemia, que travou o setor, além da Guerra da Ucrânia, que impulsionou o combustível, entre outros motivos.

O porta-voz da pressão por preços mais baixos é o ministro de Portos e Aeroporto, Silvio Costa Filho, que tem anunciado diálogo com o setor para buscar soluções. Enquanto isso, as principais aéreas, Azul, Gol e Latam, se comprometem a tentar vender bilhetes mais baratos. Mas o fato é que especialistas alertam que o recente reaquecimento da demanda e o modelo regulatório brasileiro desfavorecem as grandes promoções nesse momento.

Em dezembro de 2023, por exemplo, mês de alta temporada, quando as passagens disparam, os presidentes das três empresas participaram de evento com o ministro para anunciar uma série de esforços em conjunto. A Azul disse que vai fornecer 10 milhões de assentos por menos de R\$ 799 em 2024. A Gol projeta 15 milhões de passagens por até R\$ 699. A Latam, por sua vez, se comprometeu a elevar a oferta de passagens em 10 mil assentos por dia, o que será feito com aumento de frota. A tarifa real média do voo doméstico estava em R\$ 618 no acumulado de janeiro a outubro de 2023, segundo os dados mais recentes da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Com isso, cerca de 53% dos bilhetes vendidos não ultrapassaram os R\$ 500, conforme as medições do órgão. Os mais caros são aqueles comprados de última hora, perto da data do embarque.

A medida deve dar um fôlego no momento em que o setor recupera a demanda perdida na pandemia, superando os 100 milhões de passageiros transportados de janeiro a novembro, pela primeira vez desde 2019. Os dados da Anac mostram que o bilhete saiu de um patamar médio em torno de R\$ 500 há menos de uma década, para mais de R\$ 600 atualmente. Apesar do avanço ao longo do tempo, as tarifas médias mais recentes indicam queda de R\$ 657,86 em 2022 para R\$ 618 em 2023, nos acumulados de janeiro a outubro.

## Ação do governo

Para avançar no tema e mostrar efetividade, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva terá de desemperrar o Voa Brasil, programa de passagens a R\$ 200 para grupos específicos como aposentados e alunos do Prouni, com o qual as aéreas também se disponibilizaram a colaborar. O lançamento da iniciativa estava prometido para agosto, mas não saiu do papel. A expectativa é que o ministro se reúna com o presidente na primeira quinzena deste mês para apresentar os detalhes da ação.

Segundo Jurema Monteiro, presidente da Associação de Empresas Aéreas (Abear), a retomada da demanda ao patamar de 2019, ano da pré-pandemia, sugere retorno à normalidade, mas o setor segue com a oferta pressionada. Isso porque na pandemia, as companhias estacionaram centenas de aviões, mas depois precisaram de reforço no caixa para fazer manutenção de motores, de equipamentos, compra de peças e partes para a retomada de suas operações.

"Aconteceu no mundo todo. Elas não tinham caixa para isso de imediato. Então, foram fazendo aos poucos. Nem todas conseguiram e algumas estão operando com frota menor. Ainda há rotas com pressão de demanda, mas sem capacidade de elevar oferta, e esse equilíbrio faz diferença na composição do preço", disse. Segundo a Abear, a demanda subiu 7,5% entre 2022 e 2023, mas a oferta só avançou 6%. "Significa que temos mais demanda crescendo do que a capacidade de assentos no mercado", disse.

Tiago Pereira, diretor da Anac, também vê pressão de alta, embora algumas das variáveis que influenciam os preços tenham apresentado sinais mais favoráveis nos últimos meses. O querosene de aviação caindo e o dólar em viés de baixa são pressões de curto prazo no sentido de reduzir custos. Mas as empresas ainda estão em dificuldade de ampliar a oferta. Se estamos vendo aumento na taxa de ocupação das aeronaves, e se estão reduzindo a oferta, então é pressão de alta. Não consigo cravar qual será a resultante final", diz Pereira. Para Ricardo Fe-nelon, ex-diretor da Anac, é difícil ver espaço para queda de preço no Brasil enquanto não houver redução de custos, melhora econômica e aumento da concorrência. "O aumento de passageiros não significa que as companhias voltaram a ter lucro. Tudo indica que o governo cometeu um

grande erro ao não ajudar o setor, como fizeram nos EUA. É incoerente cobrar queda de preço enquanto se aumenta o custo tributário das empresas em R\$ 11 bilhões por ano com a nova **reforma tributária**".

**Site:** <https://oestadoce.com.br/digital/>

# Governo reedita aumento das passagens para driblar liminar

**&#9632; HERMANO CHIODI**

O preço das passagens dos ônibus metropolitanos, que fazem o transporte coletivo entre as cidades da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), será reajustado hoje, de acordo com o governo de Romeu Zema (Novo).

O aumento será de 7,15%, desta forma, o preço preponderante, referência para a maioria das linhas que atendemos passageiros da região, passa de R\$ 7,20 para R\$ 7,70.

O reajuste foi determinado pelo governo no fim de dezembro. Porém, uma decisão judicial na última quinta-feira suspendeu o reajuste, em uma ação encabeçada por parlamentares mineiros.

A alegação é que o governo não poderia dar dois reajustes em um período inferior a um ano. Como o último reajuste foi dado no dia 8 de janeiro de 2023, a Justiça atendeu ao pedidos dos parlamentares, mas deixou claro que a decisão não impediria novos reajustes, desde que respeitados os prazos previstos no contrato com as empresas de transporte coletivo.

"Anoto-se, por fim, que a presente decisão em nada obstará a que o Estado de Minas Gerais, se assim entender, promova a readequação normativa necessária para realização do reajuste tarifário pretendido, desde que, para tanto, observe o lapso temporal previsto", escreveu o desembargador José Arthur de Carvalho Pereira Filho, presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais e responsável por analisar o recurso contra a suspensão.

Foi isso que o governo do Estado fez. Editou novo decreto com o mesmo índice de reajuste anunciado em dezembro, mas para valer um dia após completar um ano do aumento anterior no sistema metropolitano.

**JUSTIFICATIVA.** O governo afirmou que o reajuste é necessário para manter o sistema de transporte coletivo em funcionamento e que o valor concedido foi quatro vezes menor do que o solicitado pelas empresas.

"Cabe destacar que o governo de Minas recebeu das empresas que operam o sistema o pedido de reajuste de 29,13%. No entanto, o aumento autorizado (7,15%)

foi quatro vezes menor. Para efeito de comparação, caso o percentual solicitado pelas empresas fosse autorizado, a tarifa preponderante do sistema, que atualmente é de R\$ 7,20, passaria a ser de R\$ 9,30. Com a correção autorizada pela Seinfra, o valor preponderante será de R\$ 7,70", disse em nota.

O sistema metropolitano de transporte coletivo por ônibus conta com 635 linhas em operação na RMBH e uma frota cadastrada de 2.419 veículos que realizam uma média mensal de 279.129 viagens.

Segundo o governo de Minas Gerais, o reajuste foi dado considerando a variação da **inflação** medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

**Site:** <https://meu-perfil.otempo.com.br/jornal-digital>

# Preço do diesel volta a subir com retomada de impostos

Após oito semanas de queda nas bombas, o preço do diesel voltou a subir nos postos brasileiros, já com repasses da retomada da cobrança de **impostos** federais sobre o combustível. Na semana passada, o diesel S-10 foi vendido, em média, a R\$ 5,97 por litro.

A alta, de R\$ 0,03 por litro, é a primeira desde o início de novembro. Neste período, a Petrobras promoveu dois cortes no preço de venda do combustível em suas refinarias -o segundo deles, logo após o Natal.

As alíquotas federais sobre o diesel foram zeradas pelo governo Jair Bolsonaro (PL) em 2022. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) chegou a retomar parcialmente a cobrança em julho, mas por apenas quatro meses.

A cobrança de PIS e Cofins representa R\$ 0,32 por litro no preço de bomba do produto, considerando que parte da mistura vendida nos postos contém biodiesel. Parte do aumento da carga tributária, porém, será compensada pelo último corte nas refinarias, de R\$ 0,30 por litro.

Segundo a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis), o preço da gasolina permanece em queda no país. Na semana passada, o combustível foi vendido, em média, a R\$ 5,56 por litro, R\$ 0,02 a menos do que na semana anterior.

Foi a quinta semana consecutiva de queda, motivada pela baixa nas cotações do etanol. Seu principal concorrente, o etanol hidratado também emendou a quinta semana consecutiva de queda e chegou, na semana passada, a R\$ 3,39 por litro.

Gasolina e diesel voltam a ser pressionados no início de fevereiro pelo aumento do ICMS, o imposto estadual. O ICMS da gasolina subirá R\$ 0,15, para R\$ 1,37 por litro. No diesel, a alta será de R\$ 0,12, para R\$ 1,06 por litro.

A alíquota do gás de cozinha também vai subir: foi definida em R\$ 1,41 por quilo, aumento de R\$ 0,16 em relação ao vigente atualmente -em um botijão de 13 quilos, a diferença é de R\$ 2,08. Na semana passada, segundo a ANP, o botijão foi vendido, em média no país, a R\$ 100,77.

Ao anunciar o aumento da alíquota, o Comsefaz, que

reúne os secretários estaduais de Fazenda, afirmou que a medida está em consonância com o novo marco de tributação de combustíveis e que as novas alíquotas terão validade até o fim de 2024.

**Site:** <https://oestadoce.com.br/digital/>

# Descartada cobrança sobre o Pix

Um dos mais tradicionais meios de transferência bancária, o Documento de Ordem de Crédito (DOC), está com os dias contados. A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) informou que o meio de pagamento só poderá ser utilizado nas funções de emissão e agendamento, até às 22h de 15 de janeiro. Depois disso, será descontinuado.

Devido ao fim da modalidade, surgiram boatos sobre uma possível taxa de operações no Pix o que foi descartado pelo Banco Central. "Não há qualquer intenção de se mudar as regras de gratuidade vigentes, que são as mesmas desde seu lançamento em 2020", frisou o BC.

A Autoridade Monetária, porém, lembrou que a "possibilidade de tarifar pessoas jurídicas (empresas) sempre existiu".

Sobre o DOC, a data máxima de agendamento é 29 de fevereiro, quando o sistema será encerrado definitivamente. O prazo para os bancos processarem os agendamentos enviados pelos clientes

também encerrará na data.

Além do DOC, serão descontinuadas as operações de Transferência Especial de Crédito (TEC), criadas exclusivamente por empresas para pagamento de benefícios a funcionários, mas que também caiu em desuso após a implementação dos meios de pagamento instantâneos, como o Pix.

Segundo Walter Faria, diretor-adjunto de Serviços da Febraban, a extinção das duas modalidades de meio de pagamento considera o desinteresse dos brasileiros em utilizá-los. Criado em 1985 pelo Banco Central, o DOC perdeu espaço para formas mais rápidas e mais baratas de transferência.

Levantamento feito pela Febraban sobre meios de pagamento com base em dados divulgados pelo Banco Central mostra que as transações via DOC no primeiro semestre de 2023 somaram 18,3 milhões de operações, apenas 0,05% do total de 37 bilhões de operações feitas no ano.

O DOC ficou bem atrás dos cheques (125 milhões), TED (448 milhões), boleto (2,09 bilhões), cartão de débito (8,4 bilhões), cartão de crédito (8,4 bilhões) e do Pix, a escolha preferida dos brasileiros, com 17,6 bilhões.

"Tanto a TEC quando o DOC deixaram de ser a primeira opção a utilização vem caindo continuamente. Os clientes têm dado preferência ao Pix", explica o diretor.

## SAIBA MAIS

Transferência criada em 1985

Prazos

DIA 15. ÀS 22 HORAS

PRAZO LIMITE para envio ou agendamentos de DOC e TEC, com data de até 29/02/2024.

A PARTIR DISSO, os bancos deixarão de ofertar os serviços de DOC e TEC aos clientes.

DIA 29 DE FEVEREIRO

DATA LIMITE para o processamento dos agendamentos enviados pelos clientes pelas instituições financeiras. Também é o prazo final para o fechamento pelos bancos dos sistemas de recebimento e processamento do DOC/TEC.

Superado

O DOC se posiciona abaixo de outras formas de transação, como cheques,

TED, boletos, cartões de débito e crédito. O Pix destaca-se como o principal meio de transferência, com R\$ 17,6 bilhões movimentados no primeiro semestre do ano passado.

Histórico

CRIADO em 1985 pelo Banco Central, o Documento de Ordem de Crédito (DOC) permite a transferência de dinheiro entre contas bancárias.

COMA TRANSAÇÃO via DOC. o valor é creditado no dia seguinte, com limite máximo de R\$ 4.999,99. Diferentemente do Pix, os pagamentos via DOC envolvem taxas cobradas pelos bancos, variando entre instituições.

O PIX ganha preferência devido à gratuidade e rapidez.

Fonte: Infomoney e Febraban.

PIX superou todas as formas de transferência bancária, tendo movimentado R\$ 17,6 bilhões em seis meses de 2023

Saque da poupança é o 2º maior

## SÃO PAULO

Os brasileiros sacaram RS 87,8 bilhões a mais do que depositaram na caderneta de poupança em 2023, informou ontem o Banco Central. Esse foi o segundo maior resgate líquido de recursos nessa modalidade desde o início da série histórica, em 1995.

O recorde negativo foi em 2022, quando foram retirados R\$ 103,2 bilhões a mais do que o dinheiro depositado. Corrigido pela **inflação**, o montante seria correspondente a quase R\$ 110 bilhões.

O resultado não foi pior porque, em dezembro, a captação líquida (diferença entre entradas e saídas de recursos) foi positiva em R\$ 13,77 bilhões. Normalmente, a caderneta de poupança tem resultado positivo no período em razão do pagamento do 13º salário.

No acumulado do ano passado, as retiradas totalizaram R\$ 3,92 trilhões, enquanto os depósitos somaram RS 3,83 trilhões. Em 2023, foram registrados resultados negativos na caderneta de poupança em quase todo o ano, exceto em dezembro e junho. O pior desempenho foi em janeiro, com a saída líquida de RS 33/3 bilhões.

A fuga de recursos da poupança acompanha os ciclos econômicos, como a redução do poder de compra com a **inflação**, que vem ocorrendo desde 2021. Com menos recursos no bolso, há maior tendência para a retirada de dinheiro da tradicional caderneta.

O alto endividamento das famílias e maior acesso a investimentos mais rentáveis, como os títulos do Tesouro Direto, são outros fatores que explicam essa saída recorde de recursos nos últimos dois anos.

A poupança está com rendimento de 8,04% no intervalo de 12 meses até janeiro de 2024. Já o chamado Certificado de Depósito Interbancário (CDI), emitido pelos bancos, está com retorno de 13,05% para os investidores, também no intervalo de 12 meses. Ou seja, a atratividade é maior para esse segundo tipo de aplicação.

TRANSAÇÃO BANCÁRIA em caixa automático: redução do poder de compra por causa da **inflação** que vem desde 2021 aumentou retiradas

## OS NÚMEROS

8,04%

ao ano rende a poupança

13,05%

rende o CDI anualmente

# Preço da cesta básica diminuiu em 15 capitais brasileiras em 12 meses

**CAMILA BOEHM Agência Brasil, São Paulo**

O valor da cesta básica diminuiu em 15 capitais em 2023. As principais reduções acumuladas no período de 12 meses, entre dezembro de 2022 e no mesmo mês do ano passado, foram registradas em Campo Grande (-6,25%), Belo Horizonte (-5,75%), Vitória (-5,48%), Goiânia (-5,01%) e Natal (-4,84%). Já as taxas positivas acumuladas ocorreram em Belém (0,94%) e Porto Alegre (0,12%).

Os dados são Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), que realiza mensalmente a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos em 17 capitais.

"A tendência, para o conjunto dos itens, foi de redução, movimento que, junto com a revalorização do salário mínimo e a ampliação da política de transferência de renda, trouxe alívio para as famílias brasileiras, que sofreram, nos últimos anos, com aumentos de preços dos alimentos, em geral, acima da média da **inflação**", concluiu o Dieese, em nota.

Questão climática

A entidade aponta que a questão climática, os conflitos externos, o câmbio desvalorizado que estimula a exportação, e o forte impacto da demanda externa sobre os preços internos das commodities acarretaram preocupação em 2023 e podem ser importantes desafios para 2024.

Entre novembro e dezembro de 2023, o valor da cesta subiu em 13 cidades, com destaque para Brasília (4,67%), Porto Alegre (3,70%), Campo Grande (3,39%) e Goiânia (3,20%). As diminuições ocorreram em Recife (-2,35%), Natal (-1,98%), Fortaleza (-1,49%) e João Pessoa (-1,10%).

Em dezembro de 2023, o maior custo da cesta foi em Porto Alegre (R\$ 766,53), depois em São Paulo (R\$ 761,01), Florianópolis (R\$ 758,50) e no Rio de Janeiro (R\$ 738,61). Aracaju (R\$ 517,26), Recife (R\$ 538,08) e João Pessoa (R\$ 542,30) registraram os menores valores médios.

Com base na cesta mais cara, que em dezembro foi a de Porto Alegre, o salário mínimo necessário para a manutenção de uma família de quatro pessoas deveria

equivaler a R\$ 6.439,62 ou 4,88 vezes o valor atual do salário mínimo, de R\$ 1.320,00. Em novembro, o mínimo necessário correspondeu a R\$ 6.294,71 ou 4,77 vezes o piso vigente. Em dezembro de 2022, ficou em R\$ 6.647,63, ou 5,48 vezes o piso em vigor, que equivalia a R\$ 1.212,00.

A estimativa do Dieese leva em consideração a determinação constitucional que estabelece que o salário mínimo deve ser suficiente para suprir as despesas de um trabalhador e sua família com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência. Em dezembro de 2023, o tempo médio necessário para adquirir os produtos da cesta básica foi 109 horas e três minutos, considerando o trabalhador remunerado pelo salário mínimo. Em novembro, a jornada necessária era de 107 horas e 29 minutos. Em dezembro de 2022, a média era de 122 horas e 32 min.

O valor da cesta subiu em 13 cidades, com destaque para Brasília (4,67%) e Porto Alegre (3,70%)

Site:

[https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab\\_0025C8E7A6CB95C8D29B400B5D75A16A4F25EC79E9B18890CA0FF760B21C9A038A3C484A48511ABBD12B836E051BDA5E0C5CF74B038A4BC0B6D5853013F130411AC7E3232349E5652A5053BCE9249CCF99CA42E55906C68FBAE328BEF01E7C2EEB2F9C2EAE9ED8323A70B64ADD37A3B9AB7D28470A42F94426F72](https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_0025C8E7A6CB95C8D29B400B5D75A16A4F25EC79E9B18890CA0FF760B21C9A038A3C484A48511ABBD12B836E051BDA5E0C5CF74B038A4BC0B6D5853013F130411AC7E3232349E5652A5053BCE9249CCF99CA42E55906C68FBAE328BEF01E7C2EEB2F9C2EAE9ED8323A70B64ADD37A3B9AB7D28470A42F94426F72)

# Poupança tem segundo maior saque da história

**RENAN MONTEIRO** [renan.monteiro@bsb.oglobo.com.br](mailto:renan.monteiro@bsb.oglobo.com.br)  
**BRASÍLIA** -

A caderneta de poupança perdeu cerca de R\$ 87,8 bilhões no ano de 2023, informou ontem o Banco Central do Brasil. A retirada líquida (quando os saques são superiores aos depósitos) foi a segunda maior da série histórica iniciada em 1995.

No ano de 2022, a retirada líquida foi de R\$ 103,2 bilhões.

É o terceiro ano consecutivo em que o brasileiro tirou mais dinheiro da poupança do que depositou. Em 2021, os saques foram maiores que os depósitos em R\$ 35,4 bilhões.

No ano passado, foram captados R\$ 3,82 trilhões, mas houve saques no montante total de R\$ 3,91 trilhões.

Apenas os meses de dezembro e junho registraram mais depósitos do que retiradas.

PODER DE COMPRA A fuga de recursos da poupança acompanha os ciclos econômicos, como a redução do poder de compra com a **inflação**.

Com menos recursos no bolso, há maior tendência para a retirada de dinheiro da tradicional poupança.

O alto endividamento das famílias e o maior acesso a investimentos mais rentáveis, como títulos do Tesouro Direto, são outros fatores que explicam essa saída recorde de recursos nos últimos dois anos.

O endividamento das famílias, até outubro do ano passado, estava em 47,6%, considerando apenas o levantamento do Banco Central com o setor financeiro.

Já em novembro, dados da Serasa apontam 71,81 milhões de brasileiros em situação de inadimplência.

- As pessoas vão tirando de sua poupança para fazer frente a uma série de despesas adicionais, com aumento do custo da dívida ou eventualmente menor renda na família. Outra parte dessa retirada é o investimento, que envolve conhecimento de outras opções para investir - avalia André Alírio, economista e analista da Nova Futura.

Como a Taxa Selic está acima de 8,5% ao ano, o rendimento da poupança é 0,5% ao mês acrescido da Taxa Referencial (TR), próxima de 0,0932% - fixada diariamente pelo BC.

Pela regra de rendimento da caderneta, se a Taxa Selic estiver igual ou abaixo de 8,5% ao ano, a remuneração da poupança será de 70% da Selic mais a TR. Atualmente a Selic está em 11,75% ao ano.

Conforme indicadores do Banco Itaú, a poupança está com rendimento de 8,04% nos 12 meses acumulados até janeiro de 2024. Já o chamado Certificado de Depósito Interbancário (CDI), emitido pelos bancos, está com retorno de 13,05% para os investidores, no intervalo de 12 meses. Ou seja, a atratividade é maior para esse segundo tipo de aplicação.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Poupança tem saldo negativo de R\$ 87,8 bi

Brasília - Os brasileiros sacaram R\$ 87,8 bilhões a mais do que depositaram na caderneta de poupança em 2023, informou ontem o Banco Central.

Esse foi o segundo maior resgate líquido de recursos nessa modalidade desde o início da série histórica, em 1995.

O recorde negativo foi registrado em 2022, quando foram retirados R\$ 103,2 bilhões a mais do que o dinheiro depositado pelos correntistas em valores absolutos. Corrigido pela **inflação** a valor presente, o montante seria correspondente a cerca de R\$ 108 bilhões.

O resultado do ano fechado não foi pior porque, em dezembro, a captação líquida (diferença entre entradas e saídas de recursos) foi positiva em R\$ 13,77 bilhões. Normalmente, a caderneta de poupança tem resultado positivo no período em razão do pagamento do 13º salário.

No acumulado do ano passado, as retiradas totalizaram R\$ 3,92 trilhões, enquanto os depósitos somaram R\$ 3,83 trilhões.

Em 2023, foram registrados resultados negativos na caderneta de poupança em quase todo o ano, exceto em dezembro e junho - naquele mês houve entrada líquida de R\$ 2,6 bilhões. O pior desempenho do ano ocorreu em janeiro, com a saída líquida de R\$ 33,6 bilhões.

O fluxo de recursos na poupança passou a acumular retiradas significativas desde 2021, quando o poder de compra do brasileiro caiu diante de uma **inflação** de dois dígitos e de um intenso choque de juros.

O cenário hoje ainda é de juros elevados, apesar da redução da taxa básica (Selic), fixada em 11,75% ao ano depois da redução de 2 pontos percentuais no acumulado em quatro quedas consecutivas.

Atualmente, a caderneta de poupança rende 0,50% ao mês (ou 6,17% ao ano), mais a TR (taxa referencial), o que deixa a remuneração mais baixa do que outros investimentos de renda fixa. O indicador é calculado pelo BC com base nas taxas de juros das Letras do Tesouro Nacional e tem flutuação diária.

Regras - A regra da poupança mudou em dezembro de 2021 com a elevação da Selic acima de 8,5 % ao ano. Quando a taxa de juros está menor ou igual a

8,5% ao ano, o investimento é limitado a 70% da taxa, acrescida da TR.

Em dezembro, o estoque (volume total aplicado) ficou em R\$ 983 bilhões, ante R\$ 963,9 bilhões no mês anterior. (Nathalia Garcia/Folhapress)

Atualmente, a caderneta de poupança rende 0,50% ao mês (ou 6,17% ao ano), mais a TR, o que deixa a remuneração mais baixa do que outros investimentos.

Atratividade foi determinante para desempenho Brasília - O economista Mauro Rochlin, professor da FGV (Fundação Getúlio Vargas), considera que a atratividade de outros investimentos frente ao rendimento da poupança é um fator determinante para explicar o resultado da caderneta em 2023.

"O que tem maior peso nesse movimento é o diferencial de taxa de juros entre o que a poupança oferece e o que os produtos concorrentes oferecem. A gente ainda viu uma taxa de juros para títulos do governo, por exemplo, muito mais elevada do que uma aplicação em caderneta de poupança", afirma.

O economista ressalta que o superendividamento elevado da população também pode ter contribuído para esse cenário. Nesse sentido, aponta que o programa Desenrola Brasil, prorrogado pelo governo Lula (PT) até março deste ano, pode ter algum impacto positivo sobre a poupança e sobre o crédito, de forma geral.

Para ele, essa tendência de saque líquido na poupança pode ser mantida neste ano, apesar do ciclo de queda de juros. Rochlin pondera que a expectativa dos economistas para a Selic ao término de 2024 é de 9% ao ano, conforme o último boletim Focus divulgado pelo BC.

"A mudança só acontece quando a Selic cai abaixo de 8,5%. Até 8,5%, o rendimento da poupança é de 70% da Selic, o que, mesmo considerando a incidência de Imposto de Renda, torna outras aplicações mais atraentes e rentáveis do que a poupança", diz.

Uma mudança de cenário, segundo o especialista, pode se concretizar a partir de 2025. (Nathalia Garcia/Folhapress)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/versao-impresa/>

# Brasileiros sacaram R\$ 87,8 bi da poupança

Os brasileiros sacaram R\$ 87,8 bilhões a mais do que depositaram na caderneta de poupança em 2023, informou ontem o Banco Central. Esse foi o segundo maior resgate líquido de recursos nessa modalidade desde o início da série histórica, em 1995, considerando valores absolutos. O recorde negativo foi registrado em 2022, quando foram retirados R\$ 103,2 bilhões a mais do que o dinheiro depositado pelos correntistas.

O resultado do ano fechado não foi pior porque, em dezembro, a captação líquida (diferença entre entradas e saídas de recursos)

foi positiva em R\$ 13,77 bilhões. Normalmente, a caderneta de poupança tem resultado positivo no período em razão do pagamento do 13º salário. No acumulado do ano passado, as retiradas totalizaram R\$ 3,92 trilhões, enquanto os depósitos somaram R\$ 3,83 trilhões.

Em 2023, foram registrados resultados negativos na caderneta de poupança em quase todo o ano, exceto em dezembro e junho - naquele mês houve entrada líquida de R\$ 2,6 bilhões. O pior desempenho do ano ocorreu em janeiro, com a saída líquida de R\$ 33,6 bilhões.

O fluxo de recursos na poupança passou a acumular retiradas significativas desde 2021, quando o poder de compra do brasileiro caiu diante de uma **inflação** de dois dígitos e de um intenso choque de juros. O cenário hoje ainda é de juros elevados, apesar da redução da taxa básica (Selic), fixada em 11,75% ao ano depois da redução de 2 pontos percentuais no acumulado em quatro quedas consecutivas.

Atualmente, a caderneta de poupança rende 0,50% ao mês (ou 6,17% ao ano), mais a taxa referencial (TR), o que deixa a remuneração mais baixa do que outros investimentos de renda fixa. O indicador é calculado pelo BC com base nas taxas de juros das Letras do Tesouro Nacional e tem flutuação diária.

A regra da poupança mudou em dezembro de 2021 com a elevação da Selic acima de 8,5% ao ano. Quando a taxa de juros está menor ou igual a 8,5% ao ano, o investimento é limitado a 70% da taxa, acrescida da TR. Em dezembro, o estoque (volume total aplicado) ficou em R\$ 983 bilhões, ante R\$ 963,9 bilhões no mês anterior.

**Site:** <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

# Poupança tem retirada líquida de R\$ 87,8 bilhões

Pelo terceiro ano seguido, o saldo das cadernetas de poupança caiu, com o registro de mais saques do que depósitos em 2023, em um cenário de juros e endividamento ainda altos no país. No ano passado, as saídas superaram as entradas em R\$ 87,82 bilhões, conforme relatório divulgado ontem pelo Banco Central (BC).

Em 2023, foram aplicados R\$ 3,83 trilhões, contra saques de R\$ 3,91 trilhões. Apenas os meses de junho, com R\$ 2,59 bilhões, e dezembro, com R\$ 13,77 bilhões, registraram saldo positivo, com mais depósitos do que saques. Nos demais meses do ano, houve saídas líquidas.

Os rendimentos creditados nas contas de poupança somaram R\$ 73,08 bilhões em 2023. Agora, o estoque aplicado na poupança é de R\$ 983,03 bilhões.

O saque de recurso das cadernetas acontece em um momento de alto endividamento no país. De acordo com o BC, o endividamento das famílias (relação entre o saldo das dívidas e a renda acumulada em 12 meses) em operações de crédito chegou a 47,6% em outubro do ano passado. Dados da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) também apontam que o endividamento ainda alcança cerca de 76,6% das famílias brasileiras.

Os saques na poupança se dão também porque a manutenção da taxa básica de juro em patamar alto estimula a aplicação em investimentos com melhor desempenho. Isso porque o rendimento da poupança segue limitado.

O resultado negativo de 2023, entretanto, foi menor do que o verificado em 2022, quando a poupança teve fuga líquida (mais saques que depósitos) de R\$ 103,24 bilhões. O resultado foi recorde, em um cenário de **inflação** e endividamento altos. Em 2021, a retirada líquida chegou a R\$ 35,49 bilhões.

Já em 2020, a poupança tinha registrado captação líquida (mais depósitos que saques) recorde de R\$ 166,31 bilhões.

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/zh/>

# Poupança registra saldo negativo pelo terceiro ano

*Nathalia Garcia/Folhapress)*

Os brasileiros sacaram RS 87,8 bilhões a mais do que depositaram na caderneta de poupança em 2023, informou ontem o Banco Central. Esse foi o segundo maior resgate líquido de recursos desde o início da série histórica da aplicação, em 1995, e o terceiro ano seguido com queda no saldo.

O recorde negativo foi registrado em 2022, quando foram retirados RS 103,2 bilhões a mais do que o dinheiro depositado pelos correntistas, em valores absolutos. O resultado do ano fechado não foi pior porque, em dezembro, a captação líquida (diferença entre entradas e saídas de recursos) foi positiva em R\$ 13,77 bilhões. Normalmente, a caderneta de poupança tem resultado positivo no período em razão do pagamento do 13º salário.

No acumulado de 2023, as retiradas totalizaram R\$ 3,92 trilhões, enquanto os depósitos somaram RS 3,83 trilhões. Em 2023, houve resultados negativos na caderneta de poupança em quase todo o ano, exceto em dezembro e junho.

O fluxo de recursos na poupança passou a acumular retiradas significativas desde 2021, quando o poder de compra do brasileiro caiu diante de **inflação** de dois dígitos e intenso choque de juros. O cenário boje ainda é de juros elevados, apesar da redução da taxa Selic, fixada em 11,75% ao ano.

**RENDIMENTO.** Atualmente, a poupança rende 0,5% ao mês (6,17% ao ano), mais IR (Taxa Referencial). Essa remuneração é mais baixa do que outros investimentos de renda fixa. O economista Mauro Rochlin, professor da Fundação Getúlio Vargas, considera que a atratividade das demais aplicações, frente ao rendimento da poupança, é determinante para explicar o resultado de 2023. "O maior peso é o diferencial de taxa de juros que a poupança oferece e o que os produtos concorrentes oferecem. A taxa de juros para títulos do governo, por exemplo, foi muito mais elevada", afirma.

Rochlin ressalta que o momento atual é de superendividamento da população - cerca de 76,6% das famílias brasileiras. Isso também pode ter contribuído para os saques expressivos da poupança.

**Site: <https://meu-perfil.otempo.com.br/jornal-digital>**

# Focus registra leve alta para o IPCA e mantém Selic a 9% no fim do ano

**EDUARDO RODRIGUES BRASÍLIA**

A expectativa para a **inflação** de 2023 subiu ligeiramente em relação à semana passada, de acordo com o Boletim Focus, que compila as estimativas do mercado financeiro, divulgado ontem pelo Banco Central.

A mediana das projeções para o IPCA passou de 4,46% para 4,47% - um mês antes, situavase em 4,51%. Para este ano, foco da política monetária, a projeção permaneceu em 3,90%.

No relatório divulgado ontem, o mercado manteve a expectativa de que a taxa básica de juros (Selic) feche o atual ciclo de flexibilização monetária em 9% ao ano no final de 2024.

Há um mês, a mediana das estimativas era de 9,25%.

Em dezembro, em sua última reunião do ano, o Comitê de Política Monetária (Copom) cortou a Selic pela quarta vez consecutiva em 0,50 ponto porcentual, para 11,75% ao ano. E manteve a sinalização de que o ritmo de corte de 0,50 ponto continua sendo o mais apropriado para as próximas reuniões. Na apresentação do último Relatório Trimestral de **Inflação** (RTI), o presidente do BC, Roberto Campos Neto, enfatizou porém que essa mensagem vale para dois próximos encontros: de janeiro e março de 2024.

As estimativas do Boletim Focus para o IPCA continuam acima do centro das metas para a **inflação**. Para 2023, a mediana está abaixo do teto da meta (4,75%), evitando o estouro do objetivo a ser perseguido pelo BC pelo terceiro ano consecutivo, depois de 2021 e 2022. Nos outros anos, as expectativas estão dentro do intervalo, mas também superam o alvo central, de 3,0%.

Para 2025, alvo também das decisões do Copom, a projeção captada pelo Focus para o IPCA continuou em 3,50% pela 24.<sup>a</sup> semana consecutiva - o que evidencia a reancoragem apenas parcial destacada pelo BC após a manutenção da meta de **inflação** em 3,0% para os próximos anos.

A pesquisa trouxe também uma elevação da projeção para o **PIB** neste ano. A mediana da projeção para o **PIB** em 2023 permanece em 2,92%, enquanto a

projeção para 2024 foi elevada de 1,52% para 1,59%.

**CÂMBIO.** O cenário captado pelo Boletim Focus para o câmbio ficou estável. A estimativa para a cotação da moeda americana no fim deste ano continuou em R\$ 5,00, mesmo nível de um mês atrás. Para 2025, a mediana passou de R\$ 5,03 para R\$ 5,00, ante R\$ 5,10 há um mês.

**Patamar** As estimativas do Focus para o IPCA seguem acima do centro das metas de **inflação**

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Mercado eleva para 1,59% projeção de incremento em 2024

**ANDREIA VERDÉLIO** Agência Brasil, Brasília

A previsão do mercado financeiro para o crescimento da economia brasileira este ano subiu, passando de 1,52% para 1,59%. A estimativa está no boletim Focus de ontem, pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC) com a projeção para os principais indicadores econômicos.

Para 2025, a expectativa para o Produto Interno Bruto (**PIB** - a soma dos bens e serviços produzidos no país) - é de crescimento de 2%, a mesma projeção para 2026. O Focus continua trazendo as previsões para 2023, já que os números ainda estão sendo consolidados. O mercado estima que o **PIB** de 2023 fique em 2,92%. O resultado do quarto trimestre, com o consolidado do ano, será divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1º de março.

Superando as projeções, no terceiro trimestre do ano passado a economia brasileira cresceu 0,1%, na comparação com o segundo trimestre de 2023, de acordo com o IBGE. No ano, a alta acumulada foi 3,2%.

Com o resultado, o **PIB** está novamente no maior patamar da série histórica, ficando 7,2% acima do nível pré-pandemia, registrado nos três últimos meses de 2019.

A previsão de cotação do dólar está em R\$ 5 para o fim deste ano. No fim de 2025, a previsão é que a moeda americana fique neste mesmo patamar.

Nesta edição do Focus, a previsão para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - considerada a **inflação** oficial do país - para 2024 se manteve em 3,9%. Para 2025 e 2026, a projeção da **inflação** também permaneceu no mesmo patamar, em 3,5% para os dois anos.

A estimativa para 2024 está acima do centro da meta de **inflação** que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é de 3% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior 4,5%.

Para 2025 e 2026, as metas de **inflação** estão fixadas em 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual. Para o mercado financeiro, a **inflação** do ano passado deve ficar em 4,47%. Os dados de 2023 serão divulgados pelo IBGE na próxima quinta-feira, ii.

Site:

[https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab\\_0025C8E7A6CB95C8D29B400B5D75A16A4F25EC79E9B18890CA0FF760B21C9A038A3C484A48511ABBD12B836E051BDA5E0C5CF74B038A4BC0B6D5853013F130411AC7E3232349E5652A5053BCE9249CCF99CA42E55906C68FBAE328BEF01E7C2EEB2F9C2EAE9ED8323A70B64ADD37A3B9AB7D28470A42F94426F72](https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_0025C8E7A6CB95C8D29B400B5D75A16A4F25EC79E9B18890CA0FF760B21C9A038A3C484A48511ABBD12B836E051BDA5E0C5CF74B038A4BC0B6D5853013F130411AC7E3232349E5652A5053BCE9249CCF99CA42E55906C68FBAE328BEF01E7C2EEB2F9C2EAE9ED8323A70B64ADD37A3B9AB7D28470A42F94426F72)

# Previsão do PIB sobe para 1,59%

A previsão do mercado financeiro para o crescimento da economia este ano subiu de uma avaliação semanal a outra, passando de 1,52% a 1,59%.

A estimativa está no boletim Focus divulgado ontem pelo Banco Central. Para 2025 a expectativa para o Produto Interno Bruto (**PIB**) é de avanço de 2%, mesma projeção para 2026. O Focus também continua trazendo previsões para 2023, já que os números não estão consolidados. A estimativa é que o **PIB** do ano passado fique em alta de 2,92%. A previsão de cotação do dólar está em R\$ 5 para o fim deste ano.

No fim de 2025 a moeda deve ficar neste mesmo patamar.

Nesta edição do Focus a previsão para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para 2024 se manteve em 3,9%, acima do centro da meta que deve ser perseguida. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é de 3% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior, 4,5%. Para 2025 e 2026 a projeção também permaneceu no mesmo patamar, em 3,5% em cada um destes anos.

**Site:**

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?numero=16292&edicao=10952>

# PIB deverá crescer 1,59% neste ano

Brasília - A previsão do mercado financeiro para o crescimento da economia brasileira este ano subiu, passando de 1,52% para 1,59%. A estimativa está no boletim Focus, pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC) com a projeção para os principais indicadores econômicos.

Para 2025, a expectativa para o Produto Interno Bruto (**PIB**) é de crescimento de 2%, a mesma projeção para 2026.

O Focus continua trazendo as previsões para 2023, já que os números ainda estão sendo consolidados. O mercado estima que o **PIB** de 2023 fique em 2,92%. O resultado do quarto trimestre, com o consolidado do ano, será divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1º de março.

Superando as projeções, no terceiro trimestre do ano passado a economia brasileira cresceu 0,1%, na comparação com o segundo trimestre de 2023, de acordo com o IBGE. No ano, a alta acumulada foi 3,2%.

Com o resultado, o **PIB** está novamente no maior patamar da série histórica, ficando 7,2% acima do nível pré-pandemia, registrado nos três últimos meses de 2019.

A previsão de cotação do dólar está em R\$ 5 para o fim deste ano. No fim de 2025, a previsão é que a moeda americana fique neste mesmo patamar.

**Inflação** - Nesta edição do Focus, a previsão para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) -considerada a **inflação** oficial do País - para 2024 se manteve em 3,9%. Para 2025 e 2026, a projeção da **inflação** também permaneceu no mesmo patamar, em 3,5% para os dois anos.

A estimativa para 2024 está acima do centro da meta de **inflação** que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é de 3% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior 4,5%.

Para 2025 e 2026, as metas de **inflação** estão fixadas em 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual.

Para o mercado financeiro, a **inflação** do ano passado

deve ficar em 4,47%. Os dados de 2023 serão divulgados pelo IBGE na próxima quinta-feira (11).

Em novembro de 2023, o aumento de preços dos alimentos pressionou o resultado da **inflação**. O IPCA ficou em 0,28%, segundo o IBGE. O percentual foi maior que a taxa de setembro, que teve alta de 0,24%. A **inflação** acumulada em 2023 atingiu 4,04%. Nos últimos 12 meses, o índice consolidado está em 4,68%.

A meta definida pelo CMN para 2023 é 3,25%, também com tolerância de 1,5 ponto percentual. Segundo o BC, no último Relatório de **Inflação**, a chance de o índice oficial superar o teto da meta em 2023 é 17%.

Taxa de juros - Para alcançar a meta de **inflação**, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros - a Selic - definida em 11,75% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom). Após sucessivas quedas no fim do primeiro semestre de 2023, a **inflação** voltou a subir na segunda metade do ano, mas essa alta era esperada por economistas.

O comportamento dos preços fez o BC cortar os juros quatro vezes no semestre passado, em todas as reuniões do Copom. Para o mercado financeiro, a Selic deve encerrar 2024 em 9% ao ano. A primeira reunião do Copom neste ano ocorre em 30 e 31 de janeiro e os analistas esperam que a Selic seja reduzida a 11,25%. Para o fim de 2025 e de 2026, a previsão é de Selic em 8,5% ao ano, nos dois anos. (ABr)

**Site:** <https://diariodocomercio.com.br/versao-impresa/>

# Projeções para início da queda dos juros levam em conta risco de recessão

**ALINE BRONZATI CORRESPONDENTE EM NOVA YORK**

Os dados do desempenho do setor de serviços dos Estados Unidos, manteve a sensação do mercado de que a economia americana ainda corre o risco de enfrentar uma recessão moderada neste ano.

Para o economista-chefe de mercados da Capital Economics, John Higgins, ainda que o país consiga evitar um retrocesso da economia neste ano, como tem sugerido o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) doméstico, o Fed, o banco central dos EUA, deve reduzir os juros de "forma substancial".

Segundo o economista-chefe do JPMorgan, Bruce Kasman, o relatório dos dados de emprego de ontem serve de questionamento ao otimismo do mercado quanto a uma flexibilização monetária agressiva e precoce nos EUA. Ainda assim, os melhores dados da **inflação** no país atenuam argumentos de que ainda há riscos de uma recessão no futuro.

A dúvida não é se os EUA enfrentarão uma recessão, mas se o ambiente na maior economia do mundo é suficiente para uma grande flexibilização monetária no país, segundo Kasman. "Penso que para o Fed o cenário ainda é consistente com a flexibilização monetária", disse o economista do JPMorgan, ao falar a investidores, na sexta-feira.

O Bank of America afirmou que, apesar de os mercado de trabalho estar mais forte em dezembro, as revisões para baixo da criação de vagas nos meses anteriores reforçam um arrefecimento gradual da atividade laboral nos EUA. Nesse sentido, o cenário é mais consistente com um pouso suave do que com uma recessão no país.

"Mantemos a opinião de que a combinação dos dados da atividade e da **inflação** apoiará o início de um ciclo de flexibilização gradual em março", disse o economista-chefe do Bank of America para os EUA, Michael Gapen. O banco projeta cortes trimestrais de 0,25 ponto percentual, totalizando um ponto percentual neste ano.

**MENOS OTIMISMO.** Mais cético, o Citi vê o mercado otimista além da conta com a expectativa de um primeiro corte de juros nos EUA em março, o que não deve se concretizar.

"Maio ou mais tarde é mais provável com o nosso cenário base para julho", avaliou o gigante de Wall Street.

Para a consultoria Capital Economics, nesta altura do campeonato, o que realmente importa para o Fed são os novos dados da **inflação** dos EUA, previstos para a próxima semana. Passada a divulgação sobre a criação de vagas, os olhos de Wall Street se voltam ao índice de preços ao consumidor dos EUA no mês de dezembro, que será conhecido na quinta-feira, e o índice de preços ao produtor americano, no dia seguinte.

"Esperamos que esses índices deem suporte para uma ação precoce (corte nos juros) do Fed", afirmou a Capital, em relatório a clientes.

Para o presidente dos EUA, Joe Biden, o relatório de empregos confirmou 2023 como um "grande ano" para os trabalhadores ainda que os preços estejam "muito altos" no país.

"Mantemos a opinião de que a combinação dos dados da atividade e da **inflação** apoiará o início de um ciclo de flexibilização gradual em março" Michael Gapen Economista-chefe do Bank of America

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Brasil ganha peso nas carteiras de ações da IP Capital

**Adriana Cotias De São Paulo**

Num grupo de companhias listadas na B3, o crescimento dos lucros tem vindo na frente das cotações e é por essa razão que carteiras da IP Capital têm hoje 45% do orçamento de risco em ações brasileiras, com outros 55% no exterior. Essa é uma combinação rara para essa gestora carioca, fundada 35 anos atrás, e que foi uma das primeiras a virar o timão para a alocação internacional. A mudança se deu a partir de 2010, muito antes de o tema ganhar a atenção de plataformas de investimentos de varejo - e até de outras gestoras. Durante a pandemia, a fatia em ativos locais chegou à mínima de 23%.

"Para o gestor, o cenário mais perigoso e suscetível a armadilhas é olhar apenas para o preço. Quando se configura o crescimento do negócio mais rápido, a ação fica tão "grávida" de retornos que os acumulados no futuro têm que ser maiores do que os do passado", diz o sócio e gestor Gabriel Raoni, na IP desde 2010. É um fenômeno que também se vê no exterior, mas que se mostrou mais frequente por aqui. "Essa é uma das razões para um olhar construtivo com Brasil, os juros altos potencializaram isso." No rol de eleitas com essas características, ele cita Vivara e Multiplan, no portfolio desde a pandemia. Há ainda nomes como Itaú Unibanco, BTG Pactual, Energisa, Equatorial e Localiza na carteira. "A gente gosta de comparar com a figura da mola comprimida, que tem muita energia potencial, no fundo sempre busca isso", compara Bruno Barreto, outro sócio-gestor, que está na casa desde 2004.

O choque de juros nos últimos dois anos levou ao aumento das taxas de longo prazo, e, conseqüentemente, inflou o desconto usado no cálculo de preço justo das ações. Com isso, o prêmio de risco de "equity" (ação) subiu, arremata Pedro Andrade, um dos sócios mais antigos na gestão atualmente, na IP desde 2002.

Embora o time da IP olhe muito mais para o lado microeconômico e setorial, o fato de o Brasil estar mais avançado no controle da **inflação** e no ciclo de afrouxamento monetário trouxe condições para essa configuração mais promissora para as empresas brasileiras. "Não quer dizer que não vá ter volatilidade, isso a gente assume como certeza. Mas está partindo de um patamar interessante", diz Andrade.

Ele cita que a pandemia de covid-19 foi uma experiência traumática, que não se via há cem anos, e provocou reações desesperadas nos formuladores de política econômica e agentes de mercado. Os estímulos trilionários desembocaram em **inflação**, exigindo respostas vigorosas pelos bancos centrais do mundo inteiro. "O choque monumental implicou correções de preços que precisavam cair. Os retornos futuros ficaram tão altos que passaram a embutir um "equity risk premium" de 5% a 6%", afirma Andrade. Com o rali do fim do ano, esse prêmio no mercado caiu para a faixa dos 4%.

Olhar com mais atenção para as oportunidades no Brasil não significa deixar de lado as alternativas globais, na busca de "empresas excepcionais", algo que no mercado local costuma ficar circunscrito a um grupo limitado de companhias. A carteira inclui ações como Alphabet (dona do Google), Universal Music, Constellation Software, Transdigm, Thermo Fisher, além das bandeiras de cartões Visa e Mastercard.

Para quem observa o gigantismo de alguns nomes, parece distante o estilo de gestão adotado quando a IP abriu as portas. Nos anos de 1990, a gestora privilegiava ações de empresas de menor capitalização ("small caps") na bolsa brasileira, que praticamente não tinham nenhuma liquidez, mas eram bons negócios, lembra Barreto.

De forma ativista, a gestora atuava para melhorar a governança, o volume de negociações na bolsa e, conseqüentemente, conseguia trazer muito valor para os acionistas. Em meados dos anos 2000, era reconhecida no grupo de fundos de governança, ao lado de assets como Dynamo, Tarpon e RB.

"Depois de um tempo, a IP começou a ver que o foco grande em preço não era algo tão bom quanto na qualidade em si", diz Barreto. "Com o peso maior nisso, a gente encontrou dificuldade de manter a barra da qualidade alta e foi quando começou olhar mais para fora." Tal mudança coincidiu com as alterações regulatórias da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que passaram a permitir que os fundos locais investissem em teses globais via recibos de ações estrangeiras (BDR), para além dos 10% até então possíveis. "Junta o investimento em companhias excelentes, bem precificadas no Brasil, e o negócio lá

fora, vai misturando tudo e tem grande arbitragem, é a beleza dos juros altos no Brasil. Faz em dólar com dinamismo de negócios excepcionais no exterior." A alteração de rota faz parte do percurso de qualquer empresa que tenha ambição de ser perene. "Tem que se adaptar, evoluir, se fica parada não vai conseguir manter o retorno", continua Barreto. "Mas certas coisas não mudam: a filosofia de "value investing", o foco em preservação de capital nunca mudou, está escrito em pedra na IP." A inspiração não poderia ser outra, a estratégia de buscar valores ainda não reconhecidos pelo mercado popularizada pela dupla Warren Buffett e Charlie Munger, da Berkshire Hathaway. Tem funcionado.

O fundo mais antigo da gestora, o IP Participações, acumula valorização de 23.067% de julho de 1994 até o fim de dezembro de 2023. Significa que quem tivesse entrado na cota 1 com R\$ 100 mil terminaria o ano passado com mais de R\$ 23 milhões.

É claro que não foi um caminho sem percalços. Em 2022, por exemplo, a carteira teve desvalorização de 25%. Foi o quarto retorno anual negativo em quase três décadas em que a estratégia roda debaixo de um veículo condominial. Assim como outros nomes do setor de gestão de recursos, a IP enfrentou uma fase de saques de investidores mais impacientes, que foram em massa para a renda fixa. No ano passado, os resgates líquidos chegaram a R\$ 863 milhões, segundo a gestora.

A casa tem por prática não entrar em ofertas públicas iniciais de ações (IPOs, na sigla em inglês) - embora tenha comprado ações da XP na abertura de capital na Nasdaq, no fim de 2019, posição que não tem mais. "A seletividade ajuda muito a preservar o capital e a crescer com segurança", diz Raoni.

As crises são imprevisíveis e a melhor forma de se defender é ter um portfolio tão forte, com negócios essenciais, que consigam se adaptar aos choques, diz Andrade. "Quando investe, a gente está delegando capital para companhias com trabalho também excepcional na alocação de capital." Com R\$ 2,7 bilhões de patrimônio, a IP está em transição para a terceira geração de sócios-gestores. Christiano Fonseca Filho, o Crico, criou a Investidor Profissional ao lado do antigo cliente Roberto Vinhães, quando o conceito de gestão independente praticamente não existia no Brasil. Vinhães já não estava no dia a dia desde que acertou a cisão do fundo com ações estrangeiras, em 2016, criando a Pipa Global (que daria origem depois à Nextep), em Londres.

No divórcio, ficou acertado que a participação de 25% de Vinhães seria gradativamente reduzida ao longo de oito anos até chegar a 10%, cedendo espaço para

incorporar outros sócios na IP Capital Partners (IPCP).

Hoje, somando-se as parcelas dos fundadores, o conjunto não chega a 25%, afirma Barreto. "O ponto fundamental é que as pessoas que mais contribuem vão ganhando parcela proporcional ao longo do tempo. É como se fosse a construção de uma casa, uma constrói o pilar e à medida que outras contribuem, vão ganhando participação na sociedade." A ascensão de Andrade, por exemplo, começou em 2010, se aprofundou em 2014 e está quase "nos finalmentes", continua o executivo. "O que não falta é espaço para outros sócios, a capacidade de manter pessoas hoje é maior do que era dez anos atrás." Da equipe de 20 pessoas na equipe, atualmente 11 são sócias.

Andrade afirma que Fonseca soube conduzir com sabedoria o processo de sucessão, gradualmente. Em vez de bônus semestrais, uma forma de compensação comum no segmento de gestão de recursos, a casa preferiu evoluir para o modelo de "partnership" de fato. "Reforçou a convicção da importância dos incentivos corretos para a longevidade de um negócio volátil como é o de fundos de ações, para as pessoas se sentirem donas do negócio e pensarem na construção de valor para 10,15 anos." A partir da distribuição de dividendos, a participação é atualizada anualmente num processo que envolve conversas em ciclos sucessivos para os mais sêniores, até se chegar a um consenso de qual a fatia mais justa.

"As pessoas que mais contribuem vão ganhando parcela proporcional ao longo do tempo" Bruno Barreto

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187758>

# Tecnologia volta a sustentar os ganhos em Wall Street

**Gabriel Caldeira, Matheus Prado, Gabriel Roca e Arthur Cagliari De São Paulo**

Ganhos relevantes das bolsas de Nova York marcaram o dia de ontem nos mercados globais. Wall Street foi impulsionada por ações do setor de tecnologia, que se recupera após um início de 2024 mais fraco. Nos mercados domésticos, o Ibovespa avançou com apoio de ações ligadas à economia local, enquanto as taxas de juros de contratos de Depósitos Interfinanceiros (DIs) subiram, dando sequência à correção recente no segmento.

Em Nova York, o índice Dow Jones se recuperou da queda que persistiu durante boa parte do pregão e fechou em alta de 0,58%, a 37.683,01 pontos. Já o S P 500 subiu 1,41%, a 4.763,54 pontos, e o Nasdaq avançou 2,20%, a 14.843,77 pontos.

Já o Ibovespa subiu 0,31%, aos 132.427 pontos, após atingir a mínima intradiária de 131.015 pontos e a máxima de 132.498 pontos. O índice da bolsa brasileira melhorou seu desempenho ao longo do dia em meio a uma liquidez ainda comprometida, apoiado por teses domésticas.

Sócio da SVN Gestão, Leonardo Morales afirma que as ações de maior capitalização e liquidez, também as mais procuradas por investidores estrangeiros, avançaram primeiro no rali observado no fim do ano passado. Por isso, agora há mais oportunidade em papéis menores, que não andaram tanto ainda.

"Podemos ter alguma rotação agora, mas sinto o mercado "de ressaca" depois dos ganhos do fim do ano e estou mais cauteloso. Os preços dos ativos parecem precificar muitos cortes de juros que ainda não começaram lá fora e já estão em curso localmente, o que me faz pensar que dados econômicos mais fortes, que adiem esse processo, podem causar uma correção nos mercados, que tende a ser acentuada por conta dos patamares historicamente elevados de preços", diz.

No exterior, novos números de expectativas de **inflação** de curto prazo nos Estados Unidos corroboraram as projeções otimistas do mercado quanto ao ciclo de cortes de taxas de juros do Federal Reserve (BC dos EUA). Segundo a distrital de Nova York do banco central americano, os consumidores

esperam **inflação** de 3% para o período de um ano à frente, menor taxa desde janeiro de 2021.

"Os dados das expectativas de **inflação** do Fed de Nova York contribuíram ainda mais para a ação construtiva dos preços dos Treasuries", destacam Ian Lyngen e Ben Jeffery, analistas de renda fixa do BMO Capital Markets.

Embora tenham fechado distantes das mínimas intradiárias, a taxa da T-note de 2 anos caiu para 4,383% - de 4,040% no ajuste anterior - e a da T-note de 10 anos recuou de 4,046% a 4,031%. Vale ressaltar que o discurso conservador de membros do Fed, a proximidade da divulgação do índice de preços ao consumidor (CPI, na sigla em inglês) americano de dezembro e diversos leilões previstos para esta semana ainda inspiram cautela em Wall Street.

No mercado de renda fixa local, as taxas seguiram em ajuste e terminaram o dia em alta. A taxa do contrato de DI para janeiro de 2025 subiu de 10,055% do ajuste de sexta-feira para 10,095%; a do DI para janeiro de 2026 avançou de 9,665% para 9,72%; a do DI para janeiro de 2027 passou de 9,79% para 9,855%, enquanto a do DI para janeiro de 2029 foi de 10,205% para 10,265%.

Já no câmbio, o dólar fechou em ligeira queda de 0,02%, a R\$ 4,8707, seguindo o movimento positivo no exterior e a forte queda do petróleo no mercado futuro. Na mínima diária, o dólar atingiu R\$ 4,8643, enquanto a máxima foi de R\$ 4,9007.

Pressionada pela redução de preços da oferta da Arábia Saudita, a commodity energética voltou a flertar com patamares na casa de US\$ 70.0 petróleo Brent, referência global, com entrega prevista para fevereiro caiu 3,35%, a US\$ 76,12.

2,2% foi a alta da Nasdaq com avanço de "big techs"

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187758>

# "Vejo dois cortes de juro apenas no fim do ano", diz Bostic, do Fed

**Eduardo Magossi De São Paulo**

Embora haja cada vez mais sinais de que a inflação americana está desacelerando e o mercado de trabalho esfriando, duas autoridades do Federal Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos) apontaram nos últimos dias o risco de a política monetária e as condições financeiras não permanecerem restritivas o suficiente por um bom tempo.

O presidente da distrital de Atlanta do Fed, Raphael Bostic, disse ontem que a inflação caiu mais do que ele esperava e que o banco central pode deixar a política restritiva continuar fazendo seu trabalho para reduzir a inflação.

"Por agora, a política deve seguir restritiva. Os riscos estão equilibrados, com o mercado de trabalho esfriando, mas a inflação ainda segue acima da meta. Vejo dois cortes de 0,25 ponto percentual apenas no fim do ano", disse durante evento no Rotary Club de Atlanta. Segundo ele, a política continuará sendo restritiva no fim do ano, mas o progresso da inflação irá justificar juros menores.

Bostic, que é membro votante do Comitê Federal de Mercado Aberto (Fome, na sigla em inglês) neste ano, afirmou que a queda da inflação está permitindo às famílias recuperar seu poder aquisitivo. "A dor dos preços altos está passando", disse, ressaltando, contudo, que ainda não se sente confortável para declarar vitória sobre a inflação.

Segundo ele, o cenário agora não indica uma volta da inflação, mas o Fed ainda precisa estar atento. "A inflação de bens já voltou para níveis pré-pandemia, enquanto a inflação de serviços está caindo gradualmente e não se espera queda acentuada", disse. Segundo ele, neste momento, medidas de curto prazo de inflação, como três e seis meses, são mais importantes. "E elas estão apontando para uma direção positiva".

Bostic disse também que o desemprego aumentou muito menos do que normalmente aconteceria considerando o movimento de queda na inflação. Segundo ele, o mercado de trabalho segue aquecido, mas o crescimento está concentrado em uma pequena parte da economia.

Já durante encontro da Associação Americana de Economia no fim de semana, a presidente da distrital do Fed de Dallas, Lorie Logan, afirmou que, se as condições financeiras não se mantiverem apertadas o suficiente, há um risco de a inflação voltar a subir e que todo o progresso feito até agora seja revertido.

"Diante do afrouxamento das condições financeiras visto nos últimos meses, ainda não devemos abandonar a possibilidade de outra alta nos juros", disse ela em seu discurso. Logan se referia especificamente ao recuo dos rendimentos dos títulos do Tesouro visto recentemente, diante da expectativa de cortes expressivos de juros durante o ano.

A presidente do Fed de Dallas lembra que um risco importante é que uma flexibilização prematura das condições financeiras poderia permitir uma recuperação da demanda. "As condições financeiras restritivas desempenharam papel importante no alinhamento da demanda com a oferta e na manutenção das expectativas de inflação bem ancoradas. No entanto, ao longo dos últimos meses, os rendimentos de longo prazo devolveram a maior parte do aperto que vimos em meados do ano passado. Não podemos contar com a manutenção da estabilidade de preços se não mantivermos condições financeiras suficientemente restritivas." Segundo ela, a inflação hoje está numa situação muito melhor do que em janeiro passado. "Mas a tarefa de restaurar a estabilidade de preços ainda não está concluída. O nosso desafio agora é terminar o trabalho de trazer a inflação de volta de forma sustentável à meta de 2%", disse.

Logan afirmou também que há sinais claros de que a economia está caminhando para um melhor equilíbrio. "Embora o PIB tenha crescido a uma taxa anual insustentavelmente forte de 4,9% no terceiro trimestre, as leituras preliminares sugerem que o quarto trimestre será muito mais fraco", afirmou. Porém, ela lembra que o mercado de trabalho segue aquecido, embora dê sinais de estar se reequilibrando. "O ritmo de aumento do emprego nos últimos meses manteve-se forte, mas está bem abaixo do ritmo do início de 2023", disse.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187758>

# Virada nos EUA é ponto central em ano de cortes de taxas globais

Este promete ser o ano dos cortes de juros globais. Após a campanha de aperto monetário mais agressiva em décadas, os principais bancos centrais do mundo devem se juntar às autoridades de países como Brasil e Chile na flexibilização de suas políticas, diante do recuo da **inflação**.

O indicador agregado de taxas de juros mundiais da Bloomberg Economics aponta para um declínio de 1,28 ponto percentual ao longo deste ano, liderado principalmente pelas economias emergentes.

O Federal Reserve (Fed, o banco central dos EUA) deve liderar a mudança de rumo entre as economias mais ricas depois de seus dirigentes terem sinalizado uma redução de 0,75 ponto percentual nas suas projeções para o ano, uma mudança abnpta em relação aos avisos anteriores de que os juros ainda poderiam subir durante boa parte de 2024.

Outros, como o Banco Central Europeu (BCE), estão mais reticentes em sinalizar cortes, mas a Bloomberg Economics espera que a primeira redução provavelmente virá em junho. Os mercados apostam que o Banco da Inglaterra (BoE, na sigla em inglês) também cortará juros no mesmo mês.

O Japão continuará a ser um caso à parte. O governador do BoJ, o BC japonês, Kazuo Ueda, deverá finalmente apertar sua política monetária, acabando com a última taxa básica negativa em vigor no mundo.

Entre as economias emergentes, a Argentina e a Rússia deverão promover cortes acentuados nas suas taxas de juros. O banco central do México, que vinha resistindo a cortes, também deverá começar a flexibilizar, segundo a Bloomberg Economics.

As perspectivas de cortes de juros dependem de a **inflação** continuar a desacelerar. Os mais céticos alertam que os índices de preços permanecem, na sua maioria, um pouco longe das metas dos BCs e que as políticas monetárias ainda terão que permanecer apertadas.

O mercado aposta que o Fed fará cinco cortes de 0,25 ponto percentual ao longo deste ano, com o primeiro inteiramente precificado para maio.

A maioria dos dirigentes do Fed enfatizou que as decisões dependem de novos avanços na desaceleração da **inflação** e que serão guiadas pelos dados.

O presidente do Fed, Jerome Powell, e vários de seus colegas também disseram que o banco central americano vai "proceder com cautela", sugerindo que não há pressa para flexibilizar.

Para o BCE, o mercado precifica uma flexibilização de 1,5 ponto percentual até o fim do ano.

O fator-chave é se a Europa passará por uma recessão moderada que ainda contaria como pouso suave, ou se os efeitos persistentes dos aumentos de juros desencadearão uma contração suficientemente forte para antecipar a flexibilização.

Para o Banco da Inglaterra, o mercado espera cinco cortes de 0,25 ponto percentual, com a primeira redução inteira mente precificada para junho e uma boa chance de que seja em maio, apesar de o presidente da autoridade monetária britânica, Andrew Bailey, insistir que ainda é muito cedo para considerar uma mudança de trajetória.

O Banco Popular da China (PBoC, na sigla em inglês) deverá reduzir a sua taxa de referência de um ano de 2,5% para 2,2% até o fim de 2024, segundo a Bloomberg Economics. Os pequenos cortes de juros até agora não conseguiram aliviar as ameaças de deflação, em meio à baixa confiança dos consumidores e a crise do mercado imobiliário.

No Brasil, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, liderado por Roberto Campos Neto, se comprometeu com um ritmo de cortes de meio ponto percentual nos juros até março. A previsão da Bloomberg Economics é que a Selic chegue ao fim de 2024 a 9%.

A maioria dos analistas prevê que a flexibilização iniciada em agosto se estenderá até meados deste ano. As dúvidas dos investidores em relação às promessas do governo de zerar o déficit primário complicam a tarefa.

Na Argentina, a atual taxa básica de juros de 100% deverá cair para 70% até o fim do ano, segundo a

Bloomberg Economics.

O presidente Javier Milei reformulou a política monetária depois de assumir o governo em 10 de dezembro. Além de desvalorizar o câmbio, ele substituiu títulos de 28 dias por operações compromissadas de 1 dia como instrumento de implementação da taxa básica, o que implicou um corte de juros de 133% para 100%. A autoridade monetária, agora liderada por Santiago Bausili, também embarcou em uma campanha para recuperar as reservas internacionais do país.

Os próximos meses representam um enorme desafio, com alertas de Milei sobre a possibilidade de hiperinflação. Os preços sofrem pressão de alta adicional com a taxa de câmbio mais fraca e o afrouxamento de controles de preços do governo anterior. A situação provavelmente irá piorar no curto prazo.

Indicador agregado de taxas mundiais aponta declínio de 1,28 ponto percentual ao longo do ano

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187758>

# Milei reduz subsídios das tarifas de gás e prevê corte total em abril

O secretário de Energia da Argentina, Eduardo Rodríguez Chirillo, anunciou ontem que o governo vai reduzir os subsídios das tarifas de gás nos próximos três meses, o que deve pressionar ainda mais a **inflação**.

Segundo Chirillo, os argentinos pagam atualmente 17,5% do custo de produção. O plano é que até o fim de abril o subsídio acabe.

De acordo com o jornal La Nación, os consumidores pagam US\$ 0,7 por milhão de BTU (unidade de medida de gás natural), quando o custo médio é de US\$ 4. "O restante, 82,5%, é pago por todos os cidadãos, independentemente de terem ou não um abastecimento", disse Chirillo.

A cada mês, 33% do subsídio será retirado até que o custo total seja repassado aos cidadãos.

Apesar de não ser o único componente da tarifa de gás, o custo da produção é responsável por cerca de 40% do preço, segundo o jornal La Nación.

A redução dos subsídios está prevista desde o dia 12 de dezembro, quando o ministro da Economia, Luis Caputo, anunciou o pacote para superar a crise fiscal da Argentina. Para o governo, as mudanças são necessárias para corrigir "distorções" deixadas pela gestão de Alberto Fernández. O setor de transporte também deve ser afetado.

As mudanças devem elevar a **inflação**, que em dezembro chegou a 160% em 12 meses.

No mês passado, o presidente, Javier Milei, já havia projetado esse aumento. A **inflação** de dezembro, a primeira sob o novo governo, ficou em 21,2% na cidade de Buenos Aires. No país inteiro, Caputo projeta uma alta de 30% nos preços.

ALTO RISCO. O corte de subsídios é impopular. Aliado de Milei, o ex-presidente Mauricio Macri tentou algo parecido, mas o plano foi rejeitado com protestos nas ruas. A iniciativa é apontada como uma das razões de sua derrota para Fernández, em 2019.

Na prática, os subsídios são uma ajuda que o governo dá às empresas para manter um controle de preços. Em vez de transferir valores diretamente aos

beneficiários, como ocorre com programas sociais, o Estado repassa o valor às companhias de transporte, energia e gás, custeando a maior parte do consumo, enquanto a população paga um valor muito menor que o real.

Em um contexto em que os salários são consumidos pela **inflação**, os subsídios servem para não comprometer ainda mais a renda. O custo, porém, é alto. Estima-se que os gastos representem entre 2% e 3% do **PIB**. Por isso, a Argentina tem um dos transportes públicos mais baratos da América Latina.

De acordo com a consultoria Invecoq, entre 2016 e 2021, a Argentina destinou em média 3,3% do **PIB** para subsídios, valor só superado pelo Equador (3,9%) - o Brasil gastou 0,3% em média.

CAUTELA. Em audiência pública organizada pela Enargas, agência reguladora, as empresas do setor solicitaram aumentos de tarifas de até 704%, com impacto diferente em cada categoria de usuários e área de residência. O governo argentino, no entanto, preferiu adotar a redução gradual dos subsídios e evitar uma explosão do custo de vida, segundo Chirillo.

Impacto

Entre 2016 e 2021, a Argentina gastou em média 3,3% do **PIB** em subsídios

\*

Negociações entre governo e FMI entram em fase decisiva

O ministro da Economia da Argentina, Luis Caputo, e o chefe de gabinete, Nicolás Posse, receberam ontem a missão do FMI, que chegou na quinta-feira, para retomar as negociações e tentar refinanciar o pagamento de um empréstimo de US\$ 44 bilhões concedido em 2018.

Manuel Adorni, portavoza do presidente, Javier Milei, disse que o governo tenta "reavivar" o acordo que caducou em razão do "fracasso sistemático do país em cumprir suas metas com o FMI".

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>